

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	5
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	10
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	11
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	14
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	15
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	16
1.10 Informações de sociedade de economia mista	19
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	20
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	21
1.13 Acordos de acionistas	22
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	23
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	24
1.16 Outras informações relevantes	25
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	26
2.2 Resultados operacional e financeiro	32
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	34
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	35
2.5 Medições não contábeis	36
2.6 Eventos subsequentes as DFs	37
2.7 Destinação de resultados	38
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	39
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	40
2.10 Planos de negócios	41
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	44
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	45
3.2 Acompanhamento das projeções	47

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	48
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	54
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	55
4.4 Processos não sigilosos relevantes	58
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	68
4.6 Processos sigilosos relevantes	69
4.7 Outras contingências relevantes	70
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	71
5.2 Descrição dos controles internos	73
5.3 Programa de integridade	75
5.4 Alterações significativas	77
5.5 Outras informações relevantes	78
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	79
6.3 Distribuição de capital	81
6.4 Participação em sociedades	82
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	83
6.6 Outras informações relevantes	84
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	86
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	88
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	89
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	90
7.4 Composição dos comitês	107
7.5 Relações familiares	111
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	112
7.7 Acordos/seguros de administradores	113
7.8 Outras informações relevantes	114
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	115

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	119
8.3 Remuneração variável	122
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	123
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	124
8.6 Outorga de opções de compra de ações	125
8.7 Opções em aberto	126
8.8 Opções exercidas e ações entregues	127
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	128
8.10 Outorga de ações	129
8.11 Ações entregues	130
8.12 Precificação das ações/opções	131
8.13 Participações detidas por órgão	132
8.14 Planos de previdência	133
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	134
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	135
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	136
8.18 Remuneração - Outras funções	137
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	138
8.20 Outras informações relevantes	139
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	140
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	143
9.4 Outras informações relevantes	144
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	145
10.1 Descrição dos recursos humanos	147
10.2 Alterações relevantes	148
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	149
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	150
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	151
10.5 Outras informações relevantes	152
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	153
11.2 Transações com partes relacionadas	155
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	156
11.3 Outras informações relevantes	157
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	158
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	159
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	160
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	161
12.5 Mercados de negociação no Brasil	162
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	163
12.7 Títulos emitidos no exterior	164
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	165
12.9 Outras informações relevantes	166
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	167
13.1 Declaração do diretor presidente	168
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	170
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	172
13.2 Declaração do diretor presidente	173
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	174

1.1 Histórico do emissor

A EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. tem suas origens em 1899 com a fundação da *The São Paulo Railway, Light and Power Company Limited*, em Toronto, Canadá, e com o decreto nº 3.349, assinado pelo Presidente da República Campos Salles, que autorizou a empresa a funcionar no Brasil.

Em 1901, entrava em operação a primeira hidroelétrica da Light no Brasil e a maior brasileira até então, a Usina de Parnaíba com 2 MW de capacidade. Em 1912, para manter o suprimento de energia, sua capacidade foi ampliada para 16 MW. Nesse mesmo ano, começava a funcionar uma usina termoelétrica a vapor na rua Paula Souza, em São Paulo.

Em razão do grande consumo de água exigido pelas turbinas da Usina de Parnaíba, a Light precisava regularizar a vazão do rio Tietê. A solução encontrada foi a implantação de uma represa num dos afluentes do rio Pinheiros, o rio Guarapiranga, então conhecido como Embu-Guaçu. Assim foi construído o reservatório Guarapiranga, entrando em operação em 1908.

Entre os anos de 1924 e 1925, uma forte estiagem reduziu a capacidade de vazão dos rios. São Paulo era palco de um rápido crescimento industrial e, conseqüentemente, da demanda de eletricidade. A situação vivida em 1924 provocou a redução de, aproximadamente, 30% do fornecimento de energia elétrica. Ainda nesse ano foram instaladas mais duas unidades na Usina Paula Souza, elevando sua capacidade. Foi também construída em prazo recorde (sete meses) a Usina Hidroelétrica de Rasgão, entre Pirapora e Cabreúva, que entrou em operação em 1925.

Desde 1923, o engenheiro Asa White Kenney Billings estudava a implantação do “Projeto Serra”, que visava gerar energia elétrica aproveitando o desnível da Serra do Mar. Assim, em 1926, entrava em operação a primeira unidade geradora da Usina de Cubatão, hoje chamada de Henry Borden. Em 1927 foi adquirida, ainda em fase de construção, a Usina de Porto Góes, inaugurada em 1928, com capacidade de 11 MW.

A partir da década de 1930, para o aumento da capacidade de geração da Usina Henry Borden, foram realizadas as obras de retificação e reversão do rio Pinheiros, a formação do reservatório Billings, a construção das usinas elevatórias de Pedreira e de Traição e da barragem reguladora Billings-Pedras. Foi construída no rio Tietê a barragem de Pirapora, formando o reservatório de mesmo nome. Na confluência dos rios Pinheiros e Tietê foi construída a Estrutura de Retiro, com a finalidade de separar as águas dos rios em caso de cheias. O reservatório Guarapiranga deixou de ter a função de regular a vazão do rio Tietê e passou a ser usado para o abastecimento de água e o controle de cheias de sua própria bacia. Todos esses avanços propiciaram a ampliação da capacidade da usina Henry Borden que, com a entrada em operação da seção subterrânea, em 1956, atingiu 880 MW de capacidade instalada.

Em 1954, foi inaugurada a Usina Termoelétrica Piratininga, dotando o parque gerador, até então quase que exclusivamente hidráulico, de uma importante fonte energética complementar de alta garantia. Em 1960, com a inauguração de mais duas unidades geradoras, a Usina Termoelétrica Piratininga alcançou 472 MW de capacidade instalada.

Em 1956, a companhia se reestruturou tendo por base a *Brascan Limited* e foi nacionalizada com a publicação do Decreto Federal nº 40.440, de 28/11/56. Em 1979, o governo brasileiro, por meio da Eletrobras, adquiriu da Brascan o controle acionário da então Light – Serviços de Eletricidade S.A.. Em 1981, o Governo do Estado de São Paulo adquiriu parte do sistema da Light, constituindo a Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., autorizada pelo Decreto Federal nº 85.839, de 24/03/81, a funcionar como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com a finalidade básica de assumir a operação dos sistemas de geração, transmissão e distribuição nos municípios de concessão da Light no Estado de São Paulo.

Em 05 de Julho de 1996, foi promulgada a Lei Estadual nº 9.361, que criou o Programa Estadual de Desestatização – PED, dispondo sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético Paulista. Nos termos da

1.1 Histórico do emissor

referida lei, foi aprovada a cisão parcial da Eletropaulo, efetivada mediante a transferência de parcelas do seu patrimônio para quatro novas sociedades constituídas para esse fim, dentre as quais a EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A.

Com a cisão, a EMAE assumiu as operações de geração de energia elétrica anteriormente conduzidas pela Eletropaulo, com a Resolução nº 72 de 25/03/98 da ANEEL transferindo os direitos de exploração de Serviços Públicos de Energia Elétrica. A Companhia é responsável pelo planejamento, construção, operação e manutenção de sistemas de produção, bem como pela comercialização de energia elétrica, sendo suas atividades reguladas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). A EMAE é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida Jornalista Roberto Marinho, nº 85, 16º andar, Cidade Monções, São Paulo, SP, CEP 04576-010, e cujas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A Companhia é atualmente controlada por investidores privados. Em relação às ações preferenciais, a maior concentração de ações está com as Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras) com 64,82% das ações PN, em 31 de dezembro de 2023.

Em 19 de abril de 2024, foi realizado o Leilão de alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado de São Paulo, tendo sido classificada como vencedora a proposta de preço apresentada pela licitante PHOENIX FIP MULTIESTRATÉGIA ao valor de R\$ 70,65 por ação. O Leilão foi homologado em maio, e a vencedora foi adjudicada para então cumprir os requisitos necessários para a assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e a liquidação do leilão.

Usinas Hidrelétricas em Regime de Cotas

A EMAE opera o complexo hidroenergético Henry Borden, que compreende as estruturas do canal Pinheiros, os reservatórios e respectivos barramentos e estruturas de controle e vertimento, Guarapiranga, Billings e Rio das Pedras, na Região Metropolitana de São Paulo e a usina hidrelétrica Henry Borden, no município de Cubatão, e as usinas hidrelétricas - UHEs Rasgão, no município de Pirapora do Bom Jesus, e Porto Góes, no município de Salto, ambas no Rio Tietê.

Com a Medida Provisória 579 de 2012, convertida na lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, a EMAE celebrou com a União, em 4 de dezembro de 2012, o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as concessões relativas ao complexo Henry Borden e as usinas hidrelétricas Rasgão e Porto Góes. Em 7 de outubro de 2022 foi assinado o 3º Termo Aditivo ao contrato tendo como objeto adequar o referido contrato de modo a formalizar a extensão do prazo de vigência da outorga de concessão das Usinas Hidrelétricas Henry Borden e Porto Góes, prorrogando até 7 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Henry Borden e até 24 de janeiro de 2043 a concessão da Usina Porto Góes.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência dessas usinas da Companhia passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, sendo cada usina remunerada por Receita Anual de Geração (RAG) e submetida aos padrões de qualidade.

A RAG é calculada pela ANEEL, reajustada anualmente e revisada a cada 5 (cinco) anos. A tarifa resultante tem por objetivo cobrir a remuneração e os custos de operação, manutenção, administração, tributos e encargos setoriais como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento - P&D e compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos. Na revisão tarifária de 2018, o valor da RAG passou a considerar também os investimentos em melhorias dos ativos da concessão de cada usina.

Além disso, para as geradoras no regime de cotas, não há encargos em função dos riscos hidrológicos, pois estes são assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência.

1.1 Histórico do emissor

Em julho de 2023 foi publicada a Resolução Homologatória nº 3.225/2023, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as Receitas Anuais de Geração para o ciclo 2023-2024, resultantes da 2ª revisão das Receitas Anuais de Geração (“RAG”) das usinas enquadradas no regime de cotas de garantia física e de potência.

Os valores homologados são resultado da aplicação de nova metodologia de cálculo, presente no submódulo 12.1 do Procedimento de Revisão Tarifária (PRORET), revisado pela Resolução Normativa ANEEL nº 1.066/2023.

A nova metodologia prevê um redutor de 0,7038% a.a. sobre a parcela destinada à Operação e Manutenção, a título de fator de compartilhamento de eficiência “Fator X” e uma redução progressiva sobre a parcela de recursos do ciclo anterior para Investimentos na Concessão para as usinas sob gestão da Companhia.

PCH Pirapora

A Pirapora Energia S.A., foi constituída como subsidiária integral da Companhia para a construção e gestão da Pequena Central Hidrelétrica Pirapora (PCH). Esta usina possui duas unidades geradoras, potência instalada de 25 MW e a garantia física de 17,17 MW.

A PCH Pirapora obteve autorização para operar por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.429/2008, alterada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, que redefiniu o prazo de vigência para 31 de dezembro de 2044. Esse prazo foi novamente prorrogado, estendendo-se até 02 de maio de 2045, como determinado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 14.896/2023. Em 2010, a empresa comercializou 16 MW no leilão ANEEL nº 03/2010, resultando em Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEARs) com 27 distribuidoras. O período de suprimento iniciou em 01 de janeiro de 2015 e terminará em 31 de dezembro de 2044, e o valor de venda é atualizado pela variação do IPCA na data base de reajuste de cada distribuidora.

Usina Termelétrica Piratininga

Adicionalmente à atividade de geração, a Companhia arrendou os ativos da Usina Termelétrica Piratininga (“UTE Piratininga”) em 27 de abril de 2007 para a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”) que a opera em conjunto com a usina Fernando Gasparian, construída pela Petrobras em área da EMAE, aumentando a eficiência de ambas. O contrato tem prazo de 17 anos e, na ocasião, foi firmado também um contrato de serviços de operação e manutenção da usina Piratininga pela EMAE.

A usina arrendada possui quatro unidades geradoras sendo que apenas duas estão em atividade, integradas à operação em ciclo combinado, atendendo aos despachos do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 7 de agosto de 2017.

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

a. Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos mesmos.

1.1 Histórico do emissor

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

b. Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 160 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

A potencial receita dessa iniciativa se dará por meio de participação da EMAE em futuras SPEs que explorarão comercialmente centrais flutuantes de geração de energia elétrica que serão conectadas à rede de distribuição de energia na modalidade de geração distribuída.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará, para a EMAE, aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

Em novembro de 2023, a companhia comunicou que estabeleceu uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) com a empresa KWP Energia S.A., com o objetivo de realizar a implantação e exploração comercial de Centrais Geradoras Fotovoltaicas Flutuantes com até 80 MW de capacidade instalada. Essas Centrais serão instaladas no Reservatório Billings e operarão na modalidade de geração distribuída. A EMAE terá participação de 5% no capital da sociedade, obtida por meio da cessão do direito de uso da superfície do reservatório e detém a opção de aumentar sua participação até 49% do capital da SPE, mediante aporte de recursos. Com essa iniciativa, a EMAE avança no desenvolvimento de fontes alternativas e sustentáveis para a geração de energia elétrica, em linha com sua estratégia de longo prazo e com as principais tendências mundiais.

c. Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria, através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido, em 2022, pela empresa EDGE S.A..

Alteração de Controlador - Alienação de ações do Capital Social da Companhia

Em 19 de abril de 2024, ocorreu a alienação do controle acionário da Companhia, com a venda das ações do capital social pertencentes ao Governo do Estado de São Paulo. A aquisição foi realizada pelo PHOENIX FIP Multiestratégia, por R\$ 70,65 por ação, e a homologação ocorreu em 22 de abril de 2024. Após a obtenção das anuências necessárias do CADE e da ANEEL, o contrato de transferência do controle acionário foi assinado em 2 de outubro de 2024. A Phoenix Água e Energia S.A. passou a deter 74,87% das ações ordinárias e 29,94% do capital social total da Companhia.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A EMAE explora a concessão dos seguintes aproveitamentos hidroelétricos no estado de São Paulo, a saber:

- Usina Hidrelétrica Henry Borden (UHB) – Cubatão – Potência Instalada 889MW
- Usina Hidrelétrica Rasgão – Pirapora de Bom Jesus – Potência Instalada 22MW
- Usina Hidrelétrica de Porto Góes – Salto – Potência Instalada 24,8MW

Seu papel no Sistema Interligado Nacional - SIN é disponibilizar 935,8 MW no centro de carga do sudeste brasileiro, e ganha contornos extremamente relevantes em face da localização estratégica de sua principal usina, Henry Borden, a poucos quilômetros de distância da Região Metropolitana de São Paulo e dentro Região Metropolitana da Baixada Santista. Henry Borden contribui de maneira significativa para a estabilidade, recomposição e confiabilidade do fornecimento de energia para essas regiões, que são relevantes para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e do país. As estruturas operadas pela Empresa estão, em sua maior parte, localizadas em área densamente urbanizada, principalmente na cidade de São Paulo.

O sistema hidráulico e gerador da EMAE tem, também, papel importante no controle de cheias das bacias onde está localizado. O principal sistema é o instalado na bacia do rio Pinheiros. Esse sistema encaminha os volumes para o reservatório Billings, sendo possível, então, descarregar pela vertente oceânica, por meio do turbinamento na usina Henry Borden e, em situações especiais, por outros dispositivos de descarga presentes nos reservatórios Billings e do Rio das Pedras. A operação do sistema de controle da bacia do rio Pinheiros, adicionalmente, pode auxiliar no trânsito das ondas de cheia da bacia do rio Tietê. As estruturas da EMAE nesse rio, da Capital até Salto, controlam as cheias principalmente pela capacidade de amortecimento das águas no reservatório de Pirapora. Essa operação inclui, ainda, o controle das vazões na barragem Edgard de Souza e descargas em Pirapora, Rasgão e Porto Góes. É importante ressaltar que esse sistema, tem como função principal o recalque das águas dos rios Tietê e Pinheiros para o reservatório Billings com a finalidade de aumentar a capacidade de geração na usina Henry Borden.

Considerando a edição da Medida Provisória - MP 579, em 11 de setembro de 2012, convertida na Lei 12.783 em 11 de janeiro de 2013, a EMAE assinou o Segundo Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº 002/2004 – ANEEL em 4 de dezembro de 2012. Assim, sua comercialização de energia no Ambiente de Contratação Regulado – ACR passou a ter remuneração por tarifa, pela disponibilização da energia e potência das usinas no regime jurídico de cotas de garantia física, a partir de 01 de janeiro de 2013. Tal aditivo prevê uma revisão tarifária a cada 5 (anos) e um reajuste tarifário anualmente, em 1º de julho, exceto para os anos em que houver a revisão tarifária.

A EMAE é controladora da Pirapora Energia S.A., empresa autorizada para explorar o potencial hidroelétrico de 25 MW de potência instalada.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia é uma concessionária do serviço público de geração de energia elétrica e sua controlada possui autorização para operar como produtor independente de energia elétrica. Dada a característica do contrato de concessão da Companhia, ela está dentro do escopo da interpretação do CPC - ICPC 01 Contratos de Concessão, assim, a Companhia tem atividades de construção da infraestrutura da concessão e prestação de serviços de operação e manutenção dessa infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia mantém atividade de comercialização de energia, que é classificado como fornecimento de energia, e também presta serviços a terceiros. A controlada Pirapora Energia tem a atividade de suprimento de energia elétrica.

Dessa forma, os principais produtos da Companhia e sua Controlada são:

- Fornecimento e suprimento de energia elétrica;
- Receita de construção de ativos
- Prestação de serviços de operação e manutenção de instalações de usinas e estruturas correlatas para empresas e órgãos públicos; e
- outras receitas.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Apesar de haver produtos diferentes, a administração da Companhia gerencia seus negócios de forma consolidada, considerando as atividades da Companhia e de sua controlada como um único segmento de negócio. Dessa forma, não é divulgado nas demonstrações contábeis da Companhia nota explicativa sobre “segmentos de negócios” de acordo com o pronunciamento CPC 22 Segmento de Negócios.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Vide explicação no item “b” acima.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

Fornecimento e suprimento de energia elétrica

A principal receita da Companhia advém da Receita Anual de Geração – RAG, a qual remunera os serviços prestados para a manutenção e operação das plantas abaixo descritas. A RAG remunera ainda investimentos que sejam realizados para a melhoria ou ampliação das operações nessas plantas.

- A energia das usinas hidroelétricas advém de geradores acoplados a turbinas, que transformam em energia elétrica a energia mecânica produzida nas turbinas pela força de fluxos de água oriundas de desnível por represamento ou de vazão natural de curso d'água. Relacionamos a seguir as usinas cujo potencial hidráulico foi concedido à EMAE:
- O complexo Henry Borden, localizado no sopé da Serra do Mar, em Cubatão, é composto por duas usinas de alta queda (720 m), denominadas de Externa e Subterrânea, com 14 grupos de geradores acionados por turbinas Pelton, perfazendo uma capacidade instalada de 889MW, para uma vazão de 157m³/s. Desde outubro de 1992, a operação desse sistema vem atendendo às condições estabelecidas na Resolução Conjunta SMA/SES 03/92, de 04/10/92, atualizada pela Resolução SMA-SSE-02, de 19/02/2010, que só permite o bombeamento das águas do Rio Pinheiros para o Reservatório Billings para controle de cheias, reduzindo em 75% aproximadamente a energia produzida em Henry Borden.
- Hidroelétrica Rasgão, localizada no município de Pirapora do Bom Jesus, com capacidade instalada de 22 MW, duas unidades geradoras dotadas de turbinas tipo Francis, de eixo vertical, vazão turbinável de 130m³/s e desnível nominal de 22 metros.
- Hidroelétrica Porto Góes, localizado no município de Salto, possui três unidades geradoras com turbinas tipo Francis, eixo vertical, totalizando a capacidade instalada de 24,8 MW, vazão turbinável de 116 m³/s e desnível nominal de 25 metros.
- Pequena Central Hidrelétrica Pirapora, localizada no rio Tietê, no município de Pirapora do Bom Jesus, no estado de São Paulo, com 25MW de potência instalada, composta por duas unidades geradoras com turbinas Kaplan, inaugurada em 23 de dezembro de 2014, pertencente à Pirapora Energia S.A, subsidiária integral da EMAE.

Receita de construção de ativos

A ANEEL, em 2013, delegou a construção de ativos às concessionárias em regime de cotas remunerando os investimentos através de reembolso. Em 2018, no entanto, esse sistema foi substituído por uma remuneração mensal para viabilizar e remunerar o investimento na disponibilidade e geração de energia.

Essa parcela está associada ao atendimento dos índices de qualidade exigidos no Contrato de Concessão e no seu valor estão compreendidas a troca e modernização de todos os equipamentos hidráulicos e eletromecânicos, bem como os custos de investimentos relativos a dispêndios socioambientais e de demandas da Administração, até o final da concessão.

Os custos relacionados à troca e modernização dos equipamentos hidráulicos e eletromecânicos estão sendo provisionados na conta “Outras Obrigações – Investimentos na Concessão”, de acordo com o critério previsto no item 21 da ICPC 01 – Contratos de Concessão, com base em estimativa de investimentos necessários elaborada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia.

Prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e estruturas correlatas para empresas e órgãos públicos

Prestação de serviços de operação e manutenção a terceiros, em plantas de geração de energia elétrica, de estação de bombeamento e de estruturas hidráulicas.

b. características do processo de distribuição

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

Fornecimento e suprimento de energia elétrica, conforme estipulado no regulamento setorial e nos contratos de uso e conexão de rede.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

- A EMAE firmou com a ANEEL, em 4 de dezembro de 2012, aditivo ao Contrato de Concessão nº 002/2004 nos termos da Medida Provisória - MP nº 579, convertida na Lei 12.783. Assim, toda disponibilidade de energia e potência das suas usinas, passou a ser remunerada por tarifas homologadas pela ANEEL e pagas em parcelas duodecimais, no regime jurídico de cotas de garantia física e potência, a partir de 01 de janeiro de 2013.
- A Pirapora Energia S.A firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs com 27 distribuidoras de energia elétrica, provenientes da venda de 16 MW médios para o período de 2015 a 2044, no 10º Leilão para Contratação das Concessões e Autorizações para Produção de Energia Elétrica e para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (“LEILÃO”), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e realizado em 30 de julho de 2010.
- Os contratos de prestação de serviços, não apresentam representatividade no mercado nacional.

ii. condições de competição nos mercados

- Durante o período de concessão não há exposição a competição, pois a partir de janeiro de 2013, as usinas passaram a ser remuneradas por tarifas determinadas pela ANEEL (Receita Anual de Geração – RAG).
- No caso da controlada, praticamente toda energia disponível foi comercializada por meio de leilões regulados e está sob contrato pelo prazo de vigência da autorização.
- Para os contratos de prestação de serviço há a concorrência do mercado, no entanto, dado a pouca representatividade desses contratos na composição das receitas do emissor essa competição se torna pouco relevante.

d. eventual sazonalidade

A receita da empresa não está sujeita a sazonalidade, dadas as características do contrato de Concessão.

No caso da controlada, o risco foi mitigado pela adesão ao produto SP 100, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684, do mesmo ano, com efeitos retroagindo a 1º de janeiro de 2015.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A aquisição de materiais e de serviços pela EMAE para manutenção de instalações de usinas e estruturas correlatas para empresas e órgãos públicos, atende às leis que regem as licitações e contratações públicas no âmbito da Administração Pública. Todos os nossos fornecedores estão sujeitos aos órgãos de fiscalização e devem respeitar as legislações aplicáveis.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia depende de fornecedores de equipamentos e serviços para poder operar. Como os equipamentos utilizados em suas usinas são específicos, existem relativamente poucos fornecedores aptos a atender suas necessidades. Além disso, tais equipamentos estão sujeitos a variações nos preços,

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

inclusive influenciados por variações cambiais. Ademais, como nossas usinas são antigas, a produção de alguns equipamentos ou peças de reposição podem ser descontinuados pelos fabricantes, obrigando a Companhia a fazer substituições de equipamentos completos.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A EMAE opera sob o regime de tarifas revisadas a cada cinco anos pelo Poder Concedente e, a controlada Pirapora comercializou a maior parte de sua garantia física no ambiente de contratação regulada, até o final do período de autorização. A tarifa do regime de cotas e os preços dos contratos da controlada são corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

1.5 Principais clientes

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Não há cliente que seja responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total da Empresa.

Apesar de a receita proveniente do contrato de arrendamento da UTE Piratininga para a BSE, não ser operacional, a representatividade da receita financeira e variação monetária, geradas, devem ser consideradas.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Nenhum cliente é responsável por mais de 10% da receita operacional líquida total.

No resultado financeiro, a BSE responde por parte significativa das receitas financeiras e das variações monetárias ativas.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

a. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

As autorizações e concessões para o exercício das atividades da Companhia são subordinadas ao governo federal, por meio do Ministério de Minas e Energia (MME) e ao órgão ambiental do Estado (CETESB). A Companhia está sujeita ao atendimento de leis federais, estaduais, municipais e normas e regulamentos da ANEEL, CVM, ONS, EPE, IBAMA, B3 e CCEE.

O regime jurídico de concessão de serviços públicos está previsto no artigo 175 da Constituição Federal e regulamentado na Lei de Concessões que estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deve cumprir na prestação de serviços, os direitos dos consumidores e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente.

A EMAE foi constituída em 1998 a partir da cisão parcial da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A., efetivada mediante a transferência de parcelas do seu patrimônio para quatro novas sociedades constituídas para esse fim e passou a exercer as operações de geração de energia elétrica antes conduzidas pela Eletropaulo. A Resolução nº 72, de 25/03/98, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos Serviços Públicos de Produção de Energia Elétrica por meio das usinas objeto do Decreto nº 87.884/1982. A processo de cisão da Eletropaulo e criação da EMAE ocorreu dentro do Programa Estadual de Desestatização – PED, estabelecido pela Lei Estadual nº 9.361/1996, a qual dispunha sobre a Reestruturação Societária e Patrimonial do Setor Energético Paulista.

Em 11/11/2004, foi assinado o Contrato de Concessão nº 002/2004 – Aneel – EMAE, o qual regulava a exploração do potencial de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas Izabel, Rasgão, Henry Borden, Porto Góes e Edgard de Souza e da usina termelétrica Piratininga e admitia como termo final da concessão a data de 31/11/2012 para as usinas hidrelétricas e 07/07/2015 para a termelétrica, considerando o Decreto nº 87.884/1982 e a Resolução Aneel nº 72/1998. Em 21/05/2008, o Contrato de Concessão nº 002/2004 – Aneel – EMAE recebeu seu primeiro aditivo para contemplar a transferência da concessão de exploração da UTE Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. (BSE), conforme a Resolução Autorizativa nº 1.218 de 22/01/2008, em função do arrendamento desse ativo para aquela empresa.

Abarcada por mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da Medida Provisória – MP 579, a Companhia celebrou com a União, em 04/12/2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 a concessão da usina hidrelétrica de Rasgão. Em 07 de outubro de 2022, foi celebrado o terceiro termo aditivo que prorrogou as concessões das usinas hidrelétricas de Henry Borden até 07 de janeiro de 2043 e Porto Góes até 24 de janeiro de 2043.

Por consequência, desde janeiro de 2013, toda garantia física e potência de cada usina da Empresa passou a ser alocada em regime de cotas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica conectadas ao sistema interligado nacional-SIN, sendo cada usina remunerada por tarifa vinculada a Receita Anual de Geração-RAG e submetida aos padrões de qualidade do serviço estabelecidos pela ANEEL.

Além disso, o novo modelo também estipula que os riscos hidrológicos e resultados financeiros do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE passaram a ser assumidos pelas distribuidoras que receberam as cotas de energia e potência. A remuneração dos investimentos foi disciplinada pela ANEEL, por meio do Procedimento de Regulação Tarifária (PRORET), de forma a ser considerada nas tarifas e encargos e tributos, pagos pela Companhia - como conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição, taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica, pesquisa e desenvolvimento-P&D, compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos,

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

PIS e COFINS -, passaram a ser ressarcidas por meio da RAG e deixou de existir o recolhimento a título da reserva global de reversão.

b. Política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental.

A Companhia é uma concessionária de geração de energia que atua no rio Pinheiros e no sistema hidroenergético do Alto Tietê. Esse sistema hidráulico e de geração, projetado e construído pela antiga Light ao longo dos primeiros sessenta anos do século XX, é anterior à implantação dos primeiros instrumentos legais ambientais, que definem a necessidade de estudos de impacto ambiental para realização de empreendimentos no Brasil e, também, da necessidade dos mesmos passarem por licenciamento ambiental.

Em função dessa particularidade histórica, entre os anos de 1998 e 2000, a Companhia efetuou consultas junto à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo sobre a necessidade de regularização ambiental de todas as suas estruturas, sendo informada que as mesmas, por terem sido implantadas anteriormente à exigência legal de licenciamento ambiental (31 de agosto de 1981), não necessitavam de regularização ambiental mediante a obtenção de Licença de Operação.

Posteriormente, alguns desses empreendimentos (UHE Porto Góes e UTE Piratininga) sofreram ampliações, que foram objeto de licenciamentos ambientais específicos.

A Companhia, por meio de sua Controlada Pirapora Energia S.A., implantou uma Pequena Central Hidroelétrica (PCH) junto à barragem de Pirapora, no rio Tietê, no município de Pirapora do Bom Jesus, empreendimento esse denominado de PCH Pirapora.

A PCH Pirapora, com capacidade instalada de 25 MW, teve como instrumento de avaliação ambiental um Relatório Ambiental Preliminar (RAP) que, após avaliação por parte da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, permitiu a obtenção da Licença Ambiental Prévia nº 00869, de 10/08/2005, atestando a sua viabilidade ambiental e estabelecendo dezessete condicionantes para a obtenção da Licença Ambiental de Instalação. Após o atendimento dessas condicionantes foi emitida a Licença Ambiental de Instalação nº 580, de 29/12/2008.

Outra área de atuação da EMAE é a manutenção do canal do rio Pinheiros, atividade que ocorre há mais de 60 anos, portanto anterior ao arcabouço de licenciamento, e que abrange a retirada de material de assoreamento (sedimentos) do seu leito, sua disposição em caixas de bota-fora provisórios e posterior destinação a áreas de disposição final, devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais, além do constante procedimento de manutenção das margens desse curso d'água para controle de processos erosivos e manejo de vegetação.

No entanto, em virtude das dificuldades para disposição final dos sedimentos retirados do canal do rio Pinheiros, essa atividade passou por processo de regularização ambiental, que resultou na emissão da Licença Ambiental de Operação de Regularização nº 2035, de 12/01/2012.

Outros procedimentos específicos, como o manejo da vegetação de áreas da Companhia, envolvem avaliações contínuas sobre a flora e a fauna, autorizações ambientais obtidas junto a prefeituras municipais e procedimentos de manejo que seguem padrões técnicos e culminam em medidas mitigadoras e de compensação ambiental com o plantio de mudas nativas.

As atividades da EMAE estão adequadas à legislação ambiental vigente. Desde sua concepção, a Companhia pratica os fundamentos de um sistema de gestão ambiental em todas suas atividades que incluem:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- O gerenciamento de resíduos industriais e das atividades de escritório de suas instalações, mediante autorizações e certificados;
- A coleta seletiva de materiais recicláveis, considerando a adequação da infraestrutura, logística, programas de treinamento e de sensibilização, proporcionando a geração de emprego em sistema cooperativado;
- A substituição de materiais que causam maior impacto na geração de resíduos;
- A obtenção das autorizações e/ou licenciamentos junto aos órgãos competentes para todas as atividades que interfiram no meio ambiente;
- A regularização das instalações produtoras para atendimento à legislação ambiental vigente;
- O gerenciamento ambiental dos novos empreendimentos, incluindo a obtenção de licenças e atendimento às condicionantes exigidas;
- A exigência de certificado de origem de madeira em seus processos de contratação de serviços;
- A existência de procedimento administrativo de gestão sócio patrimonial e ambiental, com a emissão de pareceres técnicos sobre pedidos de quaisquer interferências em suas áreas patrimoniais;
- A realização de campanhas de esclarecimentos e de sensibilização ambiental junto aos seus colaboradores.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

Não há dependência da EMAE em relação a patentes, marcas, licenças, franquias ou contratos de royalties para o desenvolvimento de suas atividades. Como concessionária de serviços de geração de energia elétrica, está sujeita à regulação e normas aplicáveis do setor.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

A empresa não obtém receitas de outros países.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 7.6, informar em que medida o emissor está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios do emissor

Não aplicável, visto que não há receitas da Companhia provenientes de outros países que não o Brasil.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Sim, anualmente a Companhia divulga o Relatório de Sustentabilidade com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* – GRI.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O relatório foi preparado de acordo com as Normas GRI: Opção Essencial. A EMAE buscou atender aos princípios e metodologia preconizados pela entidade para assegurar a qualidade do processo de relato, como a exatidão, o equilíbrio, a clareza, a comparabilidade, a confiabilidade e a tempestividade.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

As informações divulgadas não são auditadas, exceto as financeiras extraídas das demonstrações financeiras.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

As informações estão disponibilizadas na página da companhia na rede mundial de computadores <https://ri.emae.com.br>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Os temas materiais estabelecidos para o ciclo de relato de 2023 permanecem inalterados em relação àqueles definidos pelo Estudo de Materialidade EMAE 2021 organizado pela Companhia, naquele ano. A análise realizada pelo Comitê de Sustentabilidade demonstrou que esses temas continuam plenamente pertinentes para o atual período.

A definição dos temas materiais considerou vários aspectos, incluindo a visão geral e o contexto de nossas atividades e relações de negócios, as expectativas e interesses substanciais dos stakeholders, as entidades que controlamos ou nas quais temos participação, e princípios relacionados ao contexto da sustentabilidade e integridade.

Todo o processo de definição dos temas materiais foi supervisionado, analisado e aprovado pela alta gestão da EMAE.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Ao todo, foram priorizados 19 impactos, agrupados sob os nove temas materiais definidos pelo Estudo de Materialidade EMAE 2021, alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), que possuem metas aderentes ao nosso negócio, sendo eles: (3) Saúde e Bem Estar; (4) Educação e Qualidade; (5) Igualdade de Gênero; (6) Água Potável e Saneamento; (7) Energia Limpa e Acessível; (8) Trabalho Decente e Crescimento Econômico; (9) Indústria, Inovação e Infraestrutura; (10) Redução das Desigualdades; (11) Cidades e Comunidades Sustentáveis; (12) Consumo e Produção Responsáveis; (13) Combate às Alterações Climáticas e (16) Paz, Justiça e Instituições Fortes.

O processo envolveu quatro etapas e assegurou uma abordagem estratégica e coesa para a gestão responsável e sustentável de nossas operações, demonstrando nosso compromisso transparente com a sustentabilidade.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas
O relatório observa as recomendações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Considerando as emissões diretas e indiretas, a principal fonte de gases de efeito estufa (GEE) está associada ao transporte por balsas no reservatório Billings, classificado como combustão móvel (escopo 1), representando 65,3% das emissões no ano de 2022, conforme o inventário. Por meio de controle e otimização operacional, a empresa obteve uma redução superior a 19% nas emissões de SF₆, um gás de elevado impacto no efeito estufa, essencial para o setor elétrico devido às suas propriedades dielétricas.

Em outubro, a EMAE conquistou pelo segundo ano consecutivo, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol⁶, um organismo responsável por adaptar o método ao contexto brasileiro⁷. Esse selo, o mais alto nível de certificação do programa, é concedido a empresas que atendem a critérios rigorosos de transparência e qualidade na divulgação de seus inventários de gases de efeito estufa. A Companhia integra o grupo de 41 empresas do setor elétrico que divulgam o inventário GEE.

Cumprir informar que as emissões da Categoria Emissões Fugitivas - Escopo 1 diminuíram pois não houve consumo do gás SF₆ em 2022. Como não ocorreu a recarga nos barramentos e equipamentos da GIS, o gás permaneceu estocado, a partir desse montante estocado calculamos o valor de emissão zero na ferramenta GHG. Em 2021 foram consumidos 8.40 kg do gás (emissão de 197,19 TCO₂) e em 2022 não houve consumo, logo não houve emissão a ser contabilizada e o % total do Escopo 1 diminuiu.

Já em relação ao aumento dos indicadores de emissões biogênicas, diretamente ligadas ao ciclo natural do carbono, foi identificado que na EMAE esse percentual está relacionado ao processo de combustão e a queima de combustível. Os valores de consumo de Etanol, contabilizados nas categorias Combustão Móvel - Escopo 1 e Emissões por transporte e distribuição (Upstream) – Escopo 3 foram analisados de forma mais precisa, pois o tipo de controle realizado pela Companhia melhorou de um ano para o outro. Com a implementação do cartão de benefícios, tivemos acesso ao relatório de abastecimento eletrônico, mais seguro do que o controle manual realizado no ano anterior. Consequentemente, o controle via sistema oferece valores mais assertivos para a contabilização.

A EMAE aderiu pelo terceiro ano consecutivo ao Programa Brasileiro GHG Protocol, oferecido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Para o Ciclo 2024, que considera as atividades realizadas no período de janeiro a dezembro de 2023, foram emitidas 603,179 toneladas de CO₂ equivalente e 205,714 toneladas de CO₂ Biogênico. Atendendo aos critérios da Política de Qualificação e visando manter-se como Membro Selo Ouro, a EMAE reporta e publica seu inventário completo (Escopos 1, 2 e 3) e realiza a verificação por terceira parte junto a BSI Group, organismo de verificação (OV) devidamente acreditada pelo INMETRO.

Destaca-se a atividade responsável pela principal fonte de gases de efeito estufa, dentro dos Escopos 1 e 2, cujo relato é obrigatório são aquelas provenientes de combustão móvel, em particular, as emissões atreladas ao transporte das três balsas no Reservatório Billings (396,215 ton.CO₂eq.), conforme inventário, a categoria

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

representa 65,7% das emissões totais de 2023. A segunda maior fonte de emissão é atrelada ao processo de recarga dos barramentos e equipamentos da Subestação Isolada a Gás (GIS) da Usina São Paulo, a utilização do gás SF6 (hexafluoreto de enxofre) reportada na categoria de Emissões Fugitivas, resulta na emissão de 40,580 ton.CO₂eq., cerca de 7% das emissões totais. O Escopo 3 contabiliza as categorias Transporte e Distribuição - *Upstream* (8,562 ton.CO₂eq.) e Viagens a negócios (26,887 ton.CO₂eq.) representando apenas 4,5% do total de emissões.

As informações são públicas e estão disponibilizadas na página da companhia na rede mundial de computadores <https://ri.emaec.com.br> e no Registro Público de Emissões (RPE), plataforma desenvolvida pelo Programa Brasileiro GHG Protocol que auxilia na publicação dos inventários de emissões de gases de efeito estufa (GEE) das organizações membro do Programa <https://registropublicodeemissoes.fgv.br>.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso

i. a não divulgação de informações ASG

Não se aplica.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não se aplica.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não se aplica.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Não se aplica.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não se aplica.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não se aplica.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

- (i) **os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”.**

Não aplicável.

- (ii) **quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições.**

Não aplicável .

- (iii) **estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declarar que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas.**

Não aplicável.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2021 e 2020, não ocorreram aquisições ou alienações de ativos relevantes que não se enquadrem como operação normal dos negócios da Companhia. Em 2022 foi realizada a permuta de imóveis entre a EMAE e a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, conforme Comunicado ao Mercado de 10/08/2022, divulgado pela Companhia.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Em 20 de janeiro de 2021 foi aprovada, em reunião do Conselho de Administração, a quitação antecipada do financiamento contratado pela subsidiária integral Pirapora Energia S.A., junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) em 2012 para a Construção da PCH Pirapora Energia S.A.. A quitação ocorreu em 15 de março de 2021, no montante total de R\$ \$ 65.256.621,51, e contou com a integralização da Companhia na controlada Pirapora mediante aumento de capital no valor R\$ 64.000.000,00.

Não houve aumentos do capital social da Companhia nos três últimos exercícios.

1.13 Acordos de acionistas

Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

a. partes

b. data de celebração

c. prazo de vigência

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

Não existe acordo de acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor.

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas



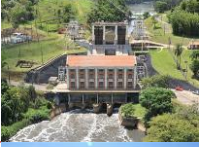


Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Em 11 de novembro de 2020 foi assinado o contrato com o Consórcio Usina São Paulo SPE, vencedor da licitação da revitalização das áreas adjacentes à Usina São Paulo, por meio do qual o Consórcio pagará à EMAE o valor total de R\$ 280.050.000,00 (duzentos e oitenta milhões e cinquenta mil reais), base setembro de 2020, pelo uso das áreas, como outorga fixa. A esse montante será acrescido o pagamento referente à outorga variável, também em parcelas mensais e sucessivas, em percentual que varia de 4% a 8% sobre o faturamento bruto do projeto.

Em 16 de janeiro de 2023 a EMAE assinou o quarto aditivo ao mesmo contrato que atualiza os prazos e os cronogramas de execução e de pagamento, bem como o prazo de vigência do contrato para os Espaços A e C, em razão da expedição do Alvará de Aprovação e Execução de Reforma pela Prefeitura de São Paulo. Assim, o período de recebimento da parcela referente à outorga fixa passa a ser de jan/2024 a dez/2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dez/2022 a nov/2025), 6% (de dez/2025 a nov/2028) e 8% (de dez/2028 até o término do contrato). As demais disposições do contrato seguem inalteradas.

1.16 Outras informações relevantes

Parque gerador

	Usina	Localização	Potência instalada (MW)	Garantia física (MW médios)	Data da outorga	
					Início	Vencimento
	UHE Henry Borden	Cubatão, SP	889,0	121,40	01/01/2013	07/01/2043
	UHE Porto Góes	Salto, SP	24,8	11,63	01/01/2013	24/01/2043
	UHE Rasgão	Pirapora do Bom Jesus, SP	22,0	11,84	01/01/2013	30/11/2042
	PCH Pirapora	Pirapora do Bom Jesus, SP	25,0	17,17	24/06/2008	02/05/2045
	UTE Piratininga	São Paulo, SP	Localizada às margens do Rio Pinheiros, próximo ao Reservatório Billings, a Usina Termoeletrica tem capacidade total de 472 MW e, desde 2007, está arrendada para a Baixada Santista Energia – BSE, subsidiária integral da Petrobras.			

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Ao final do exercício de 2023, a Companhia contava com disponibilidades no valor de R\$ 426,3 milhões, praticamente estável versus 2022 (queda de 2,38%). Além disso, a Companhia não registrou endividamento no exercício.

<i>(valores expressos em milhões de reais (R\$))</i>	2023
ECONÔMICO-FINANCEIROS	
Receita operacional líquida	603,3
Custo de geração e prestação de serviços	(442,8)
Lucro Líquido do exercício	150,5
Dívida bruta	-
Lucro por ação (R\$)	4,07
Liquidez corrente	6,01
Liquidez seca	6,00
Liquidez imediata	2,80

O índice de liquidez corrente indica que a Companhia dispõe de recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. A administração da Companhia considera que os índices de liquidez e endividamento geral estão em níveis adequados.

A análise do ativo e do passivo circulante indica que a Companhia possui capital de giro que possibilita sua liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, obrigações e outros valores.

b. Estrutura de capital

A administração da Companhia entende que a estrutura de passivos bastante alongada observada ao final de 2023 está adequada à estratégia de longo prazo. As obrigações da Companhia, no curto e longo prazo, estão abertas no quadro a seguir, relativo ao passivo (**Valores expressos em milhares de reais**):

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores.....		4.639	9.633	5.136	10.124
Folha de pagamento.....		3.543	3.783	3.543	3.783
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	16	16.405	16.500	16.405	16.500
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	60.000	37.457	60.000	37.457
Tributos e contribuições sociais.....		7.137	7.182	7.294	7.353
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....		-	-	316	-
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	24.7	31.586	10.532	31.586	10.532
Encargos de uso da rede elétrica.....		170	180	170	180
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	17.314	12.394	17.314	12.394
Outras obrigações - Comgás.....	21	626	626	626	626
Obrigações Especiais - RGR.....	19	1.801	1.801	1.801	1.801
Obrigações Setoriais.....		4.041	899	4.049	906
Outros passivos.....	22	3.897	5.093	3.897	5.093
		<u>151.159</u>	<u>106.080</u>	<u>152.137</u>	<u>106.749</u>
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Benefícios pós-emprego, previdência complementar....	17	298.121	262.035	298.121	262.035
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	18.1	105.199	120.533	105.199	120.533
Outras obrigações - Investimentos na concessão.....	20	427.753	359.167	427.753	359.167
Outras obrigações - Comgás.....	21	11.223	11.851	11.223	11.851
Obrigações Especiais - RGR.....	19	3.599	5.399	3.599	5.399
Obrigações Setoriais.....		769	769	769	769
		<u>846.664</u>	<u>759.754</u>	<u>846.664</u>	<u>759.754</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	24	285.411	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital.....		387.130	387.130	387.130	387.130
Outros resultados abrangentes.....		42.865	91.510	42.865	91.510
Reservas de lucros.....		373.083	315.491	373.083	315.491
Dividendo adicional proposto.....		-	44.640	-	44.640
		<u>1.088.489</u>	<u>1.124.182</u>	<u>1.088.489</u>	<u>1.124.182</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u>2.086.312</u>	<u>1.990.016</u>	<u>2.087.290</u>	<u>1.990.685</u>

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto Social, até o limite máximo de R\$ 1.116.050.000,00 (um bilhão, cento e dezesseis milhões e cinquenta mil reais) mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo- se antes o Conselho Fiscal.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar através dos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no item 2.1 b.

A EMAE não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia não realizou qualquer operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos. Suas operações têm sido financiadas com recursos próprios.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia apresenta liquidez suficiente para fazer frente aos investimentos e obrigações, no entanto, em uma eventual necessidade a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Companhia já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui endividamento bancário ou financiamento em vigor.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas a seguir refletem as informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e comentários sobre as variações mais relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Variação da demonstração do resultado do exercício

Valores expressos em milhares de reais (R\$), exceto lucro por ação.

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		31.12.23	31.12.22	31.12.23	31.12.22
RECEITA LÍQUIDA.....	25	558.887	491.341	603.326	532.685
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	26	(424.716)	(442.203)	(442.849)	(459.606)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....		134.171	49.138	160.477	73.079
Receitas/Despesas Operacionais					
Despesas gerais e administrativas.....	26	(113.050)	(125.562)	(112.435)	(124.529)
Outras receitas e (despesas).....	26	29.261	21.974	29.261	21.974
Equivalência Patrimonial em controlada.....		27.255	25.092	-	-
		(56.534)	(78.496)	(83.174)	(102.555)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO.....		77.637	(29.358)	77.303	(29.476)
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas.....	27	61.609	53.870	64.375	56.043
Despesas.....	27	(2.105)	(1.498)	(2.200)	(1.516)
Variações monetárias líquidas.....	27	19.857	53.135	19.857	53.135
		79.361	105.507	82.032	107.662
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....		156.998	76.149	159.335	78.186
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes.....	9.1/9.2	(54.811)	(82.996)	(57.148)	(85.033)
Diferidos.....	9.1/9.2	4.8293	74.862	4.8293	74.862
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	24.2	150.480	68.015	150.480	68.015
LUCRO ATRIBUÍVEL A:.....					
Acionistas controladores e não controladores.....		150.480	68.015	150.480	68.015
LUCRO BÁSICO POR:.....					
Ação preferencial.....	24.2	R\$ 4,2258	R\$ 1,9100	R\$ 4,2258	R\$ 1,9100
Ação ordinária.....	24.2	R\$ 3,8416	R\$ 1,7364	R\$ 3,8416	R\$ 1,7364

Comentários sobre as variações mais relevantes

Receita operacional

Em 2023 a receita líquida atingiu R\$ 603,3 milhões, 13,3% superior aos R\$ 532,7 milhões contabilizados em 2022. Contribuiu para o aumento o acréscimo de R\$ 33,4 milhões na receita de cotas de energia em razão do reajuste tarifário ciclo 22/23 somado a 2ª revisão tarifária realizada em julho de 2023 e ao incremento de 103,4% na energia verificada em 2023, totalizando 1.532.095 MWh, ante os 753.369 MWh gerados em 2022. No exercício contamos ainda com acréscimo de R\$ 34,5 milhões na receita relativa à construção de ativos da concessão, elevação de R\$ 2,9 milhões na receita de suprimentos da controlada Pirapora Energia, e adição de R\$ 2,7 milhões nas receitas de prestação de serviço.

Custo do serviço de energia elétrica

Os custos dos serviços de energia elétrica no exercício foram de R\$442,8 milhões, queda de 3,6% em relação aos R\$459,6 milhões de 2022.

As principais reduções provêm da queda de R\$ 42,2 milhões em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários; redução de R\$ 13,8 milhões nos gastos com benefícios pós-emprego do plano de previdência

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

complementar em razão da redução do déficit apurado em 2022, da redução de R\$10,7 milhões na provisão para investimentos na concessão decorrente da revisão periódica do plano de investimentos e da queda de R\$ 9,7 milhões em custos com serviços de terceiros.

Em sentido oposto ocorreu a elevação de R\$ 34,5 milhões nos custos de construção dos ativos da concessão, do aumento de R\$ 13,0 milhões nos custos de pessoal relativos ao Programa de Demissão Incentivada – PDI e da alta de R\$ 11,9 milhões em encargos setoriais como CUSD, CUST e CFURH.

Despesas gerais e administrativas

Quanto às despesas gerais e administrativas, o valor apurado no exercício foi de R\$112,4 milhões, queda de R\$12,1 milhões em comparação aos R\$124,5 milhões de 2022.

Parte dessa melhora nas despesas advém do aumento de R\$12,3 milhões na recuperação de despesas decorrentes da reclassificação de depósitos judiciais inicialmente registrados como despesa do exercício e da redução de R\$11,6 milhões nas despesas de benefícios pós-emprego do plano de previdência complementar administrado pela Vivest.

Outras receitas e despesas

Em 2023 a rubrica outras receitas e despesas apresentou resultado positivo da ordem de R\$ 29,3 milhões. O principal impacto tem sua origem no ajuste positivo a valor justo das áreas classificadas nas rubricas investimento, R\$ 13,9 milhões, R\$ 17,1 milhões relativos aos ativos não circulantes destinados à venda e R\$ 1,5 milhão a título de mais valia na participação acionária na Empresa Universo Fotovoltaico Flutuante. No exercício a Companhia apurou ainda ganho de R\$ 0,8 milhão decorrente da alienação de equipamentos desmobilizados da antiga Estação de Transformação de Usina - ETU Traição acrescida de R\$ 0,2 milhão por conta de desapropriações de áreas. Reduzindo o resultado temos o valor da transferência contábil de imóveis vinculados à concessão, da ordem de R\$ 2,5 milhões anteriormente registrados no patrimônio da companhia, somada aos gastos de R\$ 1,9 milhão de patrocínios e doações.

Resultado financeiro

Em 2023 destaca-se a rentabilidade das aplicações financeiras que no exercício proporcionou receita de R\$ 55,4 milhões, R\$ 12,7 milhões a mais que em 2022. Contribuiu para a melhora a manutenção de caixa médio de R\$ 430 milhões em 2023 ante aos R\$ R\$ 355,4 milhões médios de 2022 somada a uma taxa Selic média maior em 2023 em comparação ao exercício anterior, 13,25% em 2023 e 12,63% em 2022, respectivamente.

No exercício mesmo com impacto favorável das aplicações, o resultado financeiro ficou 23,8% menor que o apurado em 2022 por conta da menor variação do IGPM que corrige o contrato de arrendamento da Usina Termoelétrica Piratininga que no exercício de 2023 registrou -3,18%, ante os 5,46% obtidos em 2022.

Lucro líquido

No exercício, o resultado antes dos impostos foi de R\$ 159,3 milhões, aumento de 103,8% em relação aos R\$ 78,2 milhões de 2022. Entretanto, devido ao impacto tributário decorrente do pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP de R\$ 105,8 milhões declarados em 2023 (R\$ 41,2 milhões referentes ao resultado de 2022 e R\$ 64,6 milhões atribuídos ao exercício de 2023), somados ao resultado de equivalência patrimonial de R\$ 27,3 milhões auferidos por sua controlada, a Companhia encerrou o ano de 2023 com despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social da ordem de R\$ 8,9 milhões, queda de 12,9% em relação aos R\$ 10,2 milhões registrados em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2022. A queda nas despesas mesmo com um aumento relevante de R\$ 81,1 milhões no resultado antes dos impostos demonstra a ótima gestão fiscal/ financeira realizada pela administração da Companhia.

Como reflexo dos fatores apresentados a EMAE apurou em 2023 lucro líquido de R\$ 150,5 milhões, aumento de 121,2% em relação aos R\$ 68,0 milhões apurados em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Conciliação da receita operacional líquida

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
RECEITA				
Cotas de energia elétrica (Nota 25.2).....	506.157	472.754	506.157	472.754
Suprimento de energia - leilão (Nota 25.2).....	-	-	45.288	42.371
Energia de curto prazo - CCEE (Nota 25.2).....	16	5	817	523
Renda da prestação de serviços (Nota 25.3).....	14.943	12.249	14.943	12.249
Outras receitas.....	3.253	3.305	3.287	3.326
Receitas relativas à construção de ativos da concessão (Nota 12)....	102.539	68.085	102.539	68.085
	626.908	556.398	673.031	599.308
DEDUÇÕES À RECEITA				
COFINS sobre receitas operacionais.....	(51.628)	(49.477)	(53.012)	(50.764)
PIS sobre receitas operacionais.....	(11.209)	(10.742)	(11.509)	(11.021)
Imposto sobre serviços - ISS.....	(747)	(649)	(747)	(649)
Pesquisa e desenvolvimento.....	(4.437)	(4.189)	(4.437)	(4.189)
	(68.021)	(65.057)	(69.705)	(66.623)
RECEITA LÍQUIDA.....	558.887	491.341	603.326	532.685

Energia Elétrica Vendida

Valores expressos em milhares de reais (R\$)

	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Cotas de Garantia Física (a)								
Cotas de energia elétrica.....	1.532.095	753.370	506.157	472.754	1.532.095	753.370	506.157	472.754
Suprimento (b)								
Leilão.....	-	-	-	-	130.819	123.569	45.288	42.371
Câmara de Comerc. de Energia Elétrica - CCEE (c)								
Energia de curto prazo.....	-	-	16	5	-	-	817	523
Total.....	1.532.095	753.370	506.173	472.759	1.662.914	876.939	552.262	515.648

- Cotas de garantia física foram introduzidas pela Lei 12.783/2013 e estão relacionadas a alocação às distribuidoras da garantia física das usinas que assinaram aditivo prorrogando o termo da concessão. Essas usinas passaram a ser remuneradas pela RAG;
- Classificam-se como “suprimento” as operações de venda de energia a outras concessionárias de energia elétrica, geralmente, através de contratos firmados em leilões no ACR;
- Inclui os valores de faturamento de energia disponível comercializada no âmbito da CCEE.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os custos dos serviços de energia elétrica no exercício foram de R\$442,8 milhões, queda de 3,6% em relação aos R\$459,6 milhões de 2022.

As principais reduções provêm da queda de R\$ 42,2 milhões em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários; redução de R\$ 13,8 milhões nos gastos com benefícios pós-emprego do plano de previdência complementar em razão da redução do déficit apurado em 2022, da redução de R\$10,7 milhões na provisão para investimentos na concessão decorrente da revisão periódica do plano de investimentos e da queda de R\$ 9,7 milhões em custos com serviços de terceiros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Em sentido oposto ocorreu a elevação de R\$ 34,5 milhões nos custos de construção dos ativos da concessão, do aumento de R\$ 13,0 milhões nos custos de pessoal relativos ao Programa de Demissão Incentivada – PDI e da alta de R\$ 11,9 milhões em encargos setoriais como CUSD, CUST e CFURH.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Desde janeiro de 2013, as usinas cujas concessões foram prorrogadas no regime de cotas recebem receita anual de geração, fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica. A mudança significativa nesse modelo ocorreu a partir da revisão tarifária de julho de 2018, quando a receita anual de geração foi incrementada com uma parcela de recursos destinada à realização de melhorias nas usinas cotistas. A metodologia foi revisada novamente em 2023, prevê um redutor de 0,7038% a.a. sobre a parcela destinada à Operação e Manutenção, a título de fator de compartilhamento de eficiência – “Fator X” e uma redução progressiva sobre a parcela de recursos anteriormente vigente para Investimentos na Concessão para as usinas sob gestão da Companhia.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais custos e despesas da Companhia estão relacionados com:

- (b) A Receita Anual de Geração é regulada pela ANEEL e revisada a cada 5 anos sendo corrigida pelo IPCA nos anos intermediários.
- (ii) os encargos de uso da rede elétrica são reajustados por índices de inflação (IPCA), em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 5 anos.
- (b) despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- (iv) o resultado financeiro é impactado pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE e pela variação do IPCA sobre o contrato com a SABESP.
- (v) o saldo do contrato de dívida do plano previdenciário salgado (BSPS) é impactado pela variação do IPCA.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

i. Novas normas e alterações emitidas em 2023

CPC 12 (R1) Ajuste a Valor Presente

Este Pronunciamento tem como objetivo esclarecer os requisitos básicos a serem observados quando da apuração do ajuste a valor presente de elementos do ativo e passivo em razão da elaboração de demonstrações contábeis. Esta norma substitui o CPC 12 – Ajuste a Valor Presente aprovado em 05 de dezembro de 2018.

A Companhia analisou o CPC 12 (R1) e não identificou impacto relevante em razão da sua aplicação.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº22/2022

Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1), CPC 27, CPC 20(R1) e CPC 41 em decorrência da revogação do CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A Companhia analisou as alterações ocorridas e não identificou impactos relevantes em razão da aplicação da revisão nº22/2022

Revisão de Pronunciamentos técnicos nº 23/2023

Esta revisão estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2) em razão das alterações de classificação de Passivos como Circulante e Não Circulante; Passivos Não Circulantes com Covenants e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento. A vigência dessas alterações será estabelecida pelos órgãos reguladores que as aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia analisou as alterações ocorridas e não identificou impactos relevantes na aplicação da revisão nº 23/2023.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 24/2023

Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 03 (R2), CPC 32, CPC 40 (R1) em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamentos de Fornecedores. A vigência destas alterações está condicionada a aprovação dos órgãos reguladores.

A Companhia analisou as alterações e não identificou impactos relevantes na aplicação da revisão 24/2023.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da EMAE, encerradas em 31 de dezembro de 2023, não apresentou ressalvas, mas destacou ênfases nos temas do Ativo Reversível da Concessão e do Ativo Não Circulante Destinado à Venda. No caso do ativo reversível, referiu-se a investimentos que deverão ser indenizados pela ANEEL, calculados com base no valor residual. Após manifestação de interesse da EMAE por indenização e envio de uma avaliação detalhada, a ANEEL estabeleceu um valor de indenização, justificando a manutenção da estimativa original de valor recuperável. Simultaneamente, abordam o ativo não circulante destinado à venda, mencionando imóveis avaliados a valor justo, porém ainda não negociados. A conclusão reforça a conformidade das práticas contábeis utilizadas pela EMAE.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.5 Medições não contábeis

a. informar o valor das medições não contábeis

A EMAE tem por prática a divulgação do seu EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) (sigla em inglês para LAJIDA – Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) em seus resultados anuais. Ressalta-se que a Companhia segue o que determina Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A geração de EBITDA foi positiva em R\$ 84,4 milhões, aumento de R\$ 108,1 milhões em relação ao resultado negativo de R\$ -23,7 milhões do ano anterior.

	2023	2022	Δ% ANO
Receita operacional líquida	603,3	532,7	13,3
Custo	-442,8	-459,6	-3,6
Despesas operacionais	-112,4	-124,5	-9,7
Depreciação e amortização	7,1	5,8	21,8
EBITDA*	84,4	-23,7	-
%ROL	14,0	-4,4	18,4 p.p
Receita operacional líquida AJUSTADA	500,8	464,6	7,8
EBITDA AJUSTADO**	101,4	17,7	-
% ROL AJUSTADA	20,3	3,8	16,5 p.p

Valores expressos em milhões de reais (R\$)

* O EBITDA (sigla para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como medida de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Esse indicador é uma medida gerencial, apresentado de forma a oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da aqui apresentada.

** O EBITDA ajustado exclui do seu cálculo a rubrica outras receitas e despesas, custos com o Plano de Demissão Incentivada e parte dos gastos incorridos com o plano de benefícios pós-emprego PSAP/EMAE. Além dos expurgos já mencionados no EBITDA ajustado, na margem líquida ajustada está sendo excluída as receitas relativas à construção dos ativos da concessão.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia utiliza o EBITDA como medida de seu desempenho operacional. A EMAE entende que esse indicador representa adequadamente a capacidade da Companhia de gerar recursos com nossas atividades operacionais, isento de impactos de operações financeiras, pagamento de impostos e ajustes contábeis. O indicador é também amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho das operações e comparar o desempenho entre diferentes Companhias, ainda que não represente nossa real geração de caixa e, portanto, não dever ser usado como tal.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

Não houve qualquer evento dessa natureza no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.7 Destinação de resultados

a. regras sobre retenção de lucros

A Administração da EMAE poderá propor à Assembleia Geral a destinação de até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado para a constituição das Reservas Estatutárias, sem prejuízo do que trata o item 2.7.b: (i) Reserva para Recomposição de Ativos: destinada à formação de fundo para a realização dos investimentos visando à modernização técnica das usinas da EMAE e, também, para os investimentos necessários às melhorias e expansão; e (ii) Reserva para Outorga: destinada à formação de fundo para concentrar recursos financeiros exclusivos para que a EMAE dê continuidade às suas atividades, seja pela aquisição onerosa da própria concessão ou de qualquer outra que lhe permita cumprir o seu objeto social. Ressalta-se que os saldos das Reservas Estatutárias, em conjunto com as demais Reservas de Lucros, exceto as para Contingências, de Incentivos Fiscais e de Lucros a Realizar, não poderão ultrapassar o Capital Social integralizado.

b. regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o que determina o estatuto social da Companhia em seu Artigo 35, após as deduções determinadas ou admitidas em lei, haverá a distribuição de um dividendo obrigatório mínimo de 25%, sendo assegurado às ações preferenciais a vantagem de percepção de dividendos 10% (dez por cento) superior comparado às ações ordinárias. O dividendo poderá ser pago pela empresa sob a forma de juros sobre o capital próprio pela Companhia.

c. periodicidade das distribuições de dividendo

De acordo com o estatuto da Companhia, o pagamento de dividendos é feito com base no lucro líquido ajustado apurado nas demonstrações contábeis levantadas no encerramento do exercício. O estatuto inclui também previsão para o pagamento de dividendos com base em balanços intermediários ou intercalares, os quais devem ser aprovados pelo Conselho de Administração.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não aplicável.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A política de distribuição de dividendos da Companhia segue as diretrizes estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações e no Estatuto Social, informações disponíveis no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.emae.com.br/>) e no site da CVM (<https://sistemas.cvm.gov.br/>).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet item), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

iii. contratos de construção não terminada

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Comentários sobre itens não evidenciados não são aplicáveis, pois a companhia não adota tais práticas.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A EMAE investiu, no decorrer do exercício de 2023, R\$ 132,8 milhões em suas instalações de geração e estruturas hidráulicas, com vistas a modernizar, ampliar a eficiência e atender os indicadores de qualidade, além de reduzir os riscos relacionados à sua operação. Os investimentos foram direcionados, em grande parte, somando um montante de 128,46 milhões para a manutenção da confiabilidade, segurança e disponibilidade dos ativos de geração.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios, Ativos da Concessão.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia possui imóveis destinados à venda, classificados no ativo não circulante, totalizando R\$ 255,4 milhões em 2023, comparado a R\$ 238,3 milhões em 2022. Com base em laudos de avaliação justa, foram registrados dois imóveis importantes: o terreno do Parque Villa Lobos e os Terrenos Zuccolo (Bota-Fora 14), inicialmente como propriedades para investimento e posteriormente realocados como ativo não circulante mantido para venda após aprovação do Conselho de Administração. Esses imóveis estão programados para alienação através de processo licitatório durante 2023. Até o momento, a Companhia não concretizou negociações ou acordos de venda para esses ativos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Expansão de Geração de Energia Elétrica

A EMAE foi autorizada por meio da Lei Estadual nº 14.150 de 23 de junho de 2010 a constituir subsidiárias para explorar fontes alternativas ou renováveis para geração de energia e pode participar minoritária ou majoritariamente, do capital social de companhias públicas ou privadas, ou com elas associar-se para o desenvolvimento das atividades inseridas em seu objeto social.

Hidrelétrica

O contrato de concessão da UHE Edgard de Souza expirou em 2018, e a Portaria nº 313, de 30 de junho de 2018, dispensou a reversão dos bens vinculados à concessão dessa UHE, permitindo que a EMAE tenha livre disponibilização dos bens.

Considerando o Inventário de Aproveitamentos Hidrelétricos da cascata do rio Tietê, a EMAE iniciou tratativas com o Poder Concedente e registrou seu interesse no aproveitamento hidroenergético Edgard Souza, o que foi homologado em abril de 2019.

2.10 Planos de negócios

Em novembro de 2022, a companhia obteve o DRS, Despacho de Registro de Adequabilidade do Sumário Executivo, considerando potência a ser instalada de 18MW o que permite a busca do licenciamento ambiental e da outorga de recursos hídricos para o projeto de motorização da estrutura.

Fotovoltaica Flutuante

A partir de Chamadas Públicas, em 2020 e 2021, a EMAE estabeleceu consórcios com empresas privadas para o desenvolvimento e a instalação de empreendimentos fotovoltaicos flutuantes, com capacidade total de 130 MW, no reservatório Billings, localizado na cidade de São Paulo.

Nesse modelo, o aporte do direito de uso da superfície do reservatório dará para a EMAE aproximadamente 5% de participação no capital das SPEs, tendo a companhia a opção de aumentar sua participação até 49% através de aportes financeiros. Os parceiros serão responsáveis pelo CAPEX e pela operação dos futuros empreendimentos.

Em novembro de 2023, a companhia comunicou que estabeleceu uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”) com a empresa KWP Energia S.A., com o objetivo de realizar a implantação e exploração comercial de Centrais Geradoras Fotovoltaicas Flutuantes com até 80 MW de capacidade instalada. Essas Centrais serão instaladas no Reservatório Billings e operarão na modalidade de geração distribuída. A EMAE terá participação de 5% no capital da sociedade, obtida por meio da cessão do direito de uso da superfície do reservatório e detém a opção de aumentar sua participação até 49% do capital da SPE, mediante aporte de recursos. Com essa iniciativa, a EMAE avança no desenvolvimento de fontes alternativas e sustentáveis para a geração de energia elétrica, em linha com sua estratégia de longo prazo e com as principais tendências mundiais.

Fonte Térmica

Em 24 de julho de 2019 o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) aprovou a viabilidade ambiental do empreendimento “Substituição Tecnológica das unidades 1 e 2 da usina Termelétrica Piratininga UTE - STP” com capacidade de até 2,5 GW em ciclo combinado.

A aprovação pelo CONSEMA permitiu a expedição da licença ambiental prévia pela CETESB, no dia 25 de julho de 2019, possibilitando que a EMAE participe dos leilões de energia, que serão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

Visando a estruturação e implantação do empreendimento, a EMAE firmou parceria através da Chamada Pública 01/2015, com o Consórcio GASEN que foi sucedido em 2022, pela empresa EDGE S.A.

Aproveitamento do Patrimônio Imobiliário

Concessão de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial

Em 2020 a EMAE concedeu um conjunto de áreas adjacentes à Usina São Paulo para exploração comercial. A proposta declarada vencedora foi apresentada pelo Consórcio Usina São Paulo, considerando o pagamento de outorga fixa no valor de R\$ 280,05 milhões, acrescida do pagamento referente à outorga variável, calculada sobre o faturamento bruto mensal do futuro empreendimento.

O período de recebimento da parcela referente à outorga fixa está previsto para o período de janeiro de 2024 a dezembro de 2044 e o referente à outorga variável será de acordo com os seguintes percentuais calculados sobre o faturamento bruto do projeto: 4% (de dezembro de 2022 a novembro de 2025), 6% (de dezembro de 2025 a novembro de 2028), 8% (de dezembro de 2028 até o fim do contrato).

Alienação de imóveis

A EMAE tem continuamente avaliado seus imóveis e destina à venda aqueles que não aportam para a atividade operacional.

Atualmente os dois principais imóveis à venda são um prédio situado na Rua Augusta e uma área adjacente à Marginal Pinheiros, próxima à junção com a Marginal Tietê.

2.10 Planos de negócios

b. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D ANEEL

Em 2023 a EMAE segue com o projeto de soluções alternativas inovadoras para Planos de Ação de Emergência em regiões de alta densidade populacional e edificações verticais, com a Universidade Federal de Uberlândia e empresa associada. Esse projeto visa automatizar técnicas de alerta e aperfeiçoar práticas de evacuação por meio de inovações tecnológicas da engenharia 4.0.

c. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O ousado projeto de P&D da EMAE junto a ANEEL para criar o Plano de Ação de Emergência (PAE) para áreas próximas a barragens em locais densamente habitados. O objetivo visa desenvolver sistemas de alerta e comunicação para as Zonas de Auto Salvamento (ZAS) abaixo das barragens. Conduzido pela Universidade Federal de Uberlândia, o projeto de 42 meses busca inovações para notificações em emergências, visando reforçar a segurança e facilitar a implementação do PAE em 19 estruturas da EMAE. Financiado com R\$ 4,1 milhões dos encargos de P&D da Receita Anual de Geração (RAG) das Usinas Henry Borden, Rasgão e Porto Góes, com seu desembolso distribuídos entre os anos de 2023 a 2026.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A EMAE está focada em expandir suas iniciativas relacionadas a sustentabilidade, por meio de energias renováveis, especialmente com o desenvolvimento de projetos de energia solar fotovoltaica flutuante. Esta iniciativa visa gerar impactos positivos tanto para a economia quanto para o meio ambiente, com a empresa destacando a capacidade de aumentar a oferta de energia elétrica em até 130MW através da instalação de novas usinas fotovoltaicas sobre o Reservatório Billings. Em linha com seu Planejamento Estratégico e compromissos ambientais, a EMAE está formando parcerias e constituindo Sociedades de Propósito Específico (SPEs), como a já estabelecida em novembro de 2023, para a implantação desses projetos. A fase atual envolve a implantação da primeira usina fotovoltaica flutuante no Reservatório Billings, que terá uma potência de conexão de 5MW, demonstrando o compromisso da Companhia com a adoção de soluções energéticas sustentáveis e inovadoras.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Nada a acrescentar, uma vez que todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

Atualização das Projeções e Expectativas de Investimentos

Em conformidade com a **Resolução CVM 80/22**, a Companhia atualiza suas projeções e expectativas de investimento, considerando iniciativas estratégicas previstas para os próximos anos. Essas projeções são baseadas em premissas operacionais e financeiras sujeitas a alterações decorrentes de diversos fatores tanto internos quanto externos.

1. Objeto da Projeção

As projeções divulgadas referem-se aos investimentos estratégicos da Companhia em três áreas principais:

- **Participação em Leilões Estratégicos**, visando ampliar a capacidade de geração de energia.
- **Expansão de Usinas Fotovoltaicas Flutuantes**, com foco na diversificação da matriz energética da Companhia.
- **Modernização do Parque Gerador**, garantindo eficiência operacional e conformidade regulatória.

2. Período Projetado e Prazo de Validade da Projeção

As projeções cobrem o período de **2025 a 2029**, com revisões periódicas conforme evolução dos projetos e mudanças nas condições de mercado. A validade das projeções está sujeita a reavaliações anuais, levando em conta fatores regulatórios, econômicos e financeiros.

3. Premissas da Projeção

As projeções consideram:

- **Fatores sob influência da administração:**
 - Decisões estratégicas sobre participação em leilões.
 - Modelagem financeira dos investimentos e disponibilidade de caixa.
 - Priorização de projetos conforme viabilidade técnica, financeira e regulatória.
- **Fatores fora do controle da Companhia:**
 - Aprovação regulatória e condições estabelecidas nos leilões.
 - Taxa de câmbio, inflação e custos de equipamentos.
 - Demandas do setor elétrico, comportamento e tendências do mercado de energia.
 - Compatibilidade de interesse entre a Companhia e seus parceiros estratégicos. Em casos nos quais a EMAE não seja a parceira líder, a decisão final sobre participação nos leilões dependerá do alinhamento estratégico entre os envolvidos, podendo haver situações em que a participação ocorra independentemente do interesse da EMAE.

4. Valores dos Indicadores Projetados

Os investimentos previstos incluem:

- **Leilões Estratégicos:** Participação com projetos em diferentes fontes de energia.
- **Usinas Fotovoltaicas Flutuantes:** Expansão para até 130 MW, com investimentos variáveis conforme limites de participação da Companhia na parceria.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

- **Modernização do Atual Parque Gerador:** Investimentos totais de cerca de R\$ 600 milhões até 2029, sendo previsto R\$ 140 milhões em 2025.

A execução dos investimentos em modernização das usinas em operação pode ser acompanhada através da evolução dos valores informados na conta Receita de Construção de Ativos disponível nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Essas iniciativas refletem o planejamento estratégico da Companhia e estão sujeitas a fatores externos como regulamentação, interesse de parceiros, condições de mercado e disponibilidade de capital. A Companhia reitera que tais projeções não constituem compromisso firme de investimento e podem ser ajustadas conforme necessidade.

3.2 Acompanhamento das projeções

Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:

A Companhia não divulgou projeções de indicadores nos 3 últimos exercícios sociais.

4.1 Descrição dos fatores de risco

a) Ao emissor

A Companhia opera sob regime de concessão federal

A Companhia desenvolve suas atividades, amparada pelo 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2004 - ANEEL, aditado e outorgado pelo Poder Concedente (União). Assim como verificado a partir da edição da MP 579, convertida na Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013, o Poder Concedente poderá alterar, a qualquer tempo, as regras que delimitam a atuação da Companhia, o que pode impactar seus negócios e resultados.

As concessões têm prazo de vencimento estabelecido

O contrato aditado prorrogou a Concessão dos aproveitamentos hidroelétricos operados e mantidos pela Companhia. A legislação vigente (lei 12.783/2013) não prevê a renovação automática da concessão ao término do período então prorrogado. A Controlada Pirapora Energia S.A possui a autorização para explorar a operação da PCH de Pirapora pelo prazo de 30 anos contados a partir de 24 de junho de 2008, conforme Resoluções Autorizativas n.º 1.429, de 24 de junho de 2008, e 3.242, de 6 de dezembro de 2011.

Metas e índices impostos pelo Poder Concedente

O Poder Concedente impõe metas e índices de desempenho operacionais para as usinas sob concessão. O não atingimento desses índices pode impactar adversamente os resultados da Companhia nos reajustes tarifários anuais e nas revisões tarifárias futuras, podendo sujeitar a Companhia às penalidades previstas nas Resoluções ANEEL nº 63, de 12 de maio de 2004 e nº 846, de 11 de junho de 2019, intervenção ou extinção da concessão.

A Companhia tem parte significativa de seus recursos financeiros provenientes de contratos no ambiente de contratação regulada.

A Companhia tem parte significativa de seus recursos financeiros provenientes de contratos no ambiente de contratação regulada. O Poder Concedente poderá alterar, a qualquer tempo, as regras e diretrizes que delimitam a atuação da Companhia no ambiente de contratação regulada, podendo produzir reflexos nas tarifas, e/ou nos preços e/ou montantes associados aos contratos regulados. Essas alterações podem impactar os negócios da Companhia e seus resultados.

Processos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais nas esferas trabalhista, tributária e cível. Eventuais decisões desfavoráveis à Companhia podem impactar adversamente os seus resultados. Mais informações sobre os processos e seus andamentos, bem como seus prováveis desfechos e respectivas provisões, poderão ser observadas nos itens 4.3 a 4.7 do presente formulário.

Risco de cobertura de déficit atuarial

Conforme informado na nota explicativa Benefícios pós-emprego, previdência complementar a Companhia patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, denominados Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão (PSAP/EMAE) e o Plano de Contribuição Definida (EMAE CD).

Em função das características do PSAP/EMAE, déficits podem ser apurados pela alteração dos parâmetros atuariais utilizados a cada reavaliação, tais como: descasamento do indexador do patrimônio de cobertura com o indexador de reajuste dos benefícios, taxa de juros real, tábua de mortalidade, inflação, entre outros. Conforme determina à regulamentação aplicável a previdência complementar, déficits apurados devem ser equacionados e, dessa forma, há o risco de elevação das despesas previdenciárias.

Para mitigar esse risco, além de outras medidas, em maio de 2018 a Companhia fechou o PSAP/EMAE para novas adesões e passou a oferecer aos novos entrantes apenas o Plano de Contribuição Definida, o EMAE CD. Adicionalmente, desde maio de 2021 o indexador de reajuste dos benefícios do PSAP/EMAE passou a ser o IPCA, mitigando o descasamento entre ativos e passivos do plano.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Risco relacionado à integridade do empreendimento

A Companhia opera barragens de reservatórios hidrelétricos (“barragens”) em regiões densamente habitadas. Eventuais acidentes podem afetar comunidades no entorno dessas estruturas. A exploração do setor hidrelétrico, conforme delineado no Contrato de Concessão de que é titular, é realizada considerando os riscos inerentes à sua operação, inclusive aqueles de reduzida probabilidade, como o rompimento ou galgamento das barragens. Nessas hipóteses, a Companhia poderá ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, poderá ter sua situação financeira adversamente afetada. Para mitigar esses riscos a Companhia adota procedimentos de segurança das barragens, nos termos da legislação vigente, que estão descritos a seguir.

Segurança das Barragens

O sistema de segurança das barragens sob gestão da EMAE, foi estabelecido segundo o disposto na Lei federal nº 12.334/2010, modificada pela Lei federal 14.066/2020 que trata da Política Nacional de Segurança de Barragens, e na Resolução Normativa ANEEL nº 696/2015 que em conexão com a referida Lei federal estabelece critérios para classificação e formulação do Plano de Segurança de Barragens e Revisão Periódica de Segurança.

Nesse contexto, os procedimentos de segurança das barragens sob gestão da EMAE compreendem a execução de inspeções regulares de segurança mediante vistorias nas estruturas, monitoramento e a análise da instrumentação associadas aos Programas de Manutenções Preditiva e Preventiva.

Adicionalmente, a EMAE conta em sua equipe com engenheiros especializados em barragens, meio ambiente e técnico em edificações que realizam essas inspeções e elaboram a documentação técnica, assegurando a segurança das estruturas de suas barragens.

Classificação de Risco de Barragens

Classe “A” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial associado alto e cujas anomalias necessitam intervenção de curto prazo para manutenção das condições de segurança, não significa necessariamente casos de risco imediato de ruptura.

Classe “B” - São barragens que apresentam categoria de risco médio ou baixo e dano potencial associado, alto, médio ou baixo e cujas anomalias, se presentes devem ser controladas, monitoradas e as intervenções podem ser implementadas ao longo do tempo para manutenção das condições de segurança.

Classe “C” - São barragens que apresentam categoria de risco e dano potencial médio ou baixo e que não apresentam anomalias e as existentes não comprometem a segurança da barragem.

A EMAE não possui barragens classificadas na classe de risco “A”.

Risco relacionado ao desenvolvimento de atividades nas principais regiões metropolitanas do Estado

Os reservatórios sob gestão da EMAE, estão localizados na Região Metropolitana de São Paulo e sofrem as pressões urbanas decorrentes dessa localização, notadamente por se tratar de região densamente povoada e palco de diversos conflitos pelo uso do solo, abastecimento público de água, controle de cheias e questões ambientais. Esse cenário pode impactar adversamente a Companhia, em especial pela ocupação de suas áreas urbanas e margens, com reflexos negativos do ponto de vista social, ambiental e operacional da Companhia.

Risco na gestão do Sistema Hídrico Tietê/Pinheiros (Controle de Cheias)

Por meio da Resolução nº 72, de 25 de março de 1998, a ANEEL transferiu para a EMAE os direitos de exploração dos serviços públicos de energia elétrica, notadamente para exercer as operações voltadas à geração de energia elétrica.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Nesse sentido, a EMAE realiza na gestão do sistema hídrico Tietê/Pinheiros, dentre outras, as atividades inerentes ao controle de vazão dos Rios, com a finalidade de evitar inundações em suas margens. Entretanto, eventual ocorrência de inundações pode ser vinculada às atividades desenvolvidas pela Companhia.

Risco na operação e manutenção das balsas – Reservatório Billings

A Companhia, por força da sucessão de obrigações da antiga Light, em função do enchimento do reservatório Billings, opera e mantém, travessias por meio de balsas em três pontos do reservatório, transportando pedestres e veículos. O serviço atende a todas as normas de segurança emanadas pela Marinha do Brasil, no entanto, a administração não tem meios de apurar com precisão os impactos de um eventual acidente com essas embarcações.

Cobertura de Seguros

A Companhia poderá ser responsabilizada por danos diretos e indiretos decorrentes da sua atividade.

Para se resguardar dessas possibilidades, a EMAE contrata seguros, conforme segue:

Seguro de Responsabilidade Civil e de Operações, inclusive Barragens.

Para a cobertura de danos materiais e pessoais causados a terceiros.

Seguro de Responsabilidade Civil D & O - Atos de Gestão

Para a cobertura de despesas com inquéritos, processos e honorários de peritos para os Administradores, gerentes e demais empregados da EMAE em decorrência de atos da gestão, após sentença transitada em julgado.

As coberturas e os limites de garantia foram sugeridos por consultoria especializada e aprovadas pelo Conselho de Administração da EMAE.

Seguro de Veículos - Caminhões

Cobertura de colisão, incêndio, roubo e danos materiais e pessoais causados por veículos.

Seguro de Responsabilidade Civil - Drone

Principal cobertura refere-se a danos materiais, pessoais causados a terceiros decorrente da operação do equipamento.

Seguro Empresarial

Para a cobertura incêndio e perda de aluguéis referente ao imóvel sede da EMAE.

Seguro Garantia Judicial

Apólices emitidas para garantia de processos judiciais.

Adicionalmente, em linha com a política de Gestão de Seguros Corporativos da Companhia, em setembro de 2022 foi aprovado o plano de Seguros 2023.

b) A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

Os interesses de acionistas controladores poderão conflitar com os interesses dos demais acionistas

Em 15 de março de 2024, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED aprovou as condições gerais do Edital do leilão de venda do controle acionário da Companhia, consubstanciado na alienação dos ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado, correspondentes a ações representativas do capital social da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Em 19 de abril de 2024, a Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI) realizou a Sessão Pública de Leilão da alienação de ações do Capital Social da Companhia, tendo sido classificada como vencedora a proposta de preço apresentada pela licitante PHOENIX FIP MULTIESTRATÉGIA ao valor de R\$ 70,65 por ação e, em 02 de outubro de 2024, foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, anexo I ao Edital SPI n.º 01/2024 de Alienação de Ações do Capital Social da EMAE, da Secretaria de Parcerias em Investimentos do Governo do Estado de São Paulo, por meio do qual foi consolidada a transferência controle acionário da EMAE, composto por 11.009.566 ações ordinárias e 50.981 ações preferenciais, anteriormente detidas pelo Estado de São Paulo e pela Companhia do Metropolitano de São Paulo. Tais ações ordinárias são representativas de 74,867657% do capital votante da Companhia. As ações preferenciais são representativas de 0,229213% das ações preferenciais da Companhia, representando, assim, 29,936183% do capital social total da Companhia.

O controle acionário da Companhia passou a ser detido diretamente pela sociedade de propósito específico PHOENIX ÁGUA E ENERGIA S.A., e indiretamente pelo PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA. Com a mudança no controle da Companhia, a nova Controladora passou a deter o poder de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração, exercer o controle geral sobre a administração da Companhia, determinar políticas, vender ou de alguma forma transferir ações que representem o controle da Companhia por eles detidas e determinar o resultado de qualquer deliberação de seus acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, venda de todos ou substancialmente todos os ativos, ou retirada das ações da Companhia de segmentos de listagem, assim como determinar a distribuição e pagamento de quaisquer proventos futuros.

O acionista controlador da Companhia poderá adotar estratégias como aquisições, alienações de ativos, parcerias, busca de financiamentos, ou tomar outras decisões que podem divergir dos interesses dos demais acionistas.

c) A seus acionistas

Liquidez das ações no mercado acionário

O volume diário de negociação das ações emitidas pode limitar a capacidade dos acionistas de obterem êxito em negociar ações da Companhia no preço e na data desejados. Os mesmos fatores podem também implicar em maior volatilidade na cotação das ações, no caso de acionistas realizarem movimentações de maior volume de ações em curto período.

A Companhia pode deixar de pagar dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio em exercícios em que não seja apurado lucro. O lucro líquido poderá ser utilizado para compensar prejuízos acumulados ou, então, destinar parte para reservas e retenção de lucros, conforme previsto no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

A Companhia poderá aumentar o seu capital, por meio da emissão de valores mobiliários.

A Companhia poderá aumentar o seu capital, inclusive, por meio da emissão de novas ações bem como colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações, podendo essas operações resultar em diluição da participação dos investidores em ações da Companhia na ocasião.

d) A suas controladas.

A Companhia detém a totalidade do capital da Pirapora Energia S.A. (PESA), responsável pela operação, manutenção e comercialização da pequena central hidroelétrica de mesmo nome, cuja produção, vendida para suprimento às distribuidoras de energia, participa do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.

A Controlada opera sob regime de autorização federal

A ANEEL, por meio das Resoluções Autorizativas n.º 1.429, de 24 de junho de 2008, e 3.242, de 6 de dezembro de 2011, autorizou a implantação e operação da PCH de Pirapora, pelo prazo de 30 anos contados a partir de 24

4.1 Descrição dos fatores de risco

de junho de 2008. De acordo com essas autorizações, a PESA deve atender às normas legais e a regulamentação do setor elétrico, relativas à exploração de potenciais hidráulicos, produção e comercialização de energia elétrica.

A Resolução Autorizativa nº 1.429 estabelece que, ao final da autorização, os bens e instalações vinculados serão revertidos à União, mediante o pagamento de indenização, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Risco Hidrológico

A Pirapora Energia S.A. (PESA), requereu e obteve junto à ANEEL, a repactuação do risco hidrológico, por meio do produto SP 100, nos termos da Lei nº 13.203/2015 e condições estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015. Dessa forma, os efeitos financeiros relativos à tal risco são transferidos às distribuidoras de energia elétrica.

Riscos adicionais relacionados à integridade dos empreendimentos

O principal risco inerente à operação da Pirapora Energia S.A., considerando suas instalações, é a possibilidade remota de rompimento ou galgamento da barragem, o que pode causar inundações nas propriedades vizinhas e até mesmo vítimas (fatais ou não). Nessa hipótese, a PESA pode ser acionada judicialmente com pedidos de indenização e, conseqüentemente, sua situação financeira poderá ser adversamente afetada, podendo impactar a Companhia controladora. Além disso, a imagem da Companhia pode ser prejudicada na eventualidade de uma dessas ocorrências.

Metas e índices impostos pelo Poder Concedente

O Poder Concedente impõe metas e índices de desempenho operacionais para as usinas sob autorização. O não atingimento desses índices pode impactar adversamente os resultados da Controlada, podendo sujeitar a Controlada às penalidades previstas nas Resoluções ANEEL nº 63, de 12 de maio de 2004 e nº 846, de 11 de junho de 2019, intervenção ou extinção da autorização.

Cobertura de Seguros

A controlada possui seguro para se resguardar de riscos operacionais para cobertura de danos causados às máquinas, ao imóvel e aos equipamentos da Pirapora Energia S.A.

A valoração dos bens foi realizada por empresa especializada para determinação de limite de coberturas para fins de seguros.

e) A seus fornecedores.

A Companhia depende de fornecedores de equipamentos e serviços para poder operar. Como os equipamentos utilizados em suas usinas são específicos, existem relativamente poucos fornecedores aptos a atender suas necessidades. Além disso, tais equipamentos estão sujeitos a variações nos preços, inclusive influenciados por variações cambiais. Ademais, como nossas usinas são antigas, a produção de alguns equipamentos ou peças de reposição podem ser descontinuados pelos fabricantes, obrigando a Companhia a fazer substituições de equipamentos completos.

f) A seus clientes.

A Companhia, ao aderir ao modelo de contratação de energia e potência no Regime de Cotas, passou a ter contratos de fornecimento com as distribuidoras. Apesar de existirem garantias de adimplência nesse modelo de contratação, uma eventual inadimplência por parte dos agentes de distribuição que supere as garantias estabelecidas poderia afetar os resultados da Companhia.

g) Aos setores da economia nos quais o emissor atue.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A política econômica do Governo Brasileiro pode impactar os negócios da Companhia, pois, para controlar a inflação, pode implementar políticas econômica e monetária que impliquem na alteração das taxas de juros, desvalorização da moeda, controle do câmbio, controle de tarifas, alteração na política fiscal e tributária, entre outras.

h) À regulação dos setores em que o emissor atue.

Legislação e Normas do Setor

Como concessionária de serviço público, a Companhia está sujeita a legislação e normas específicas. O não cumprimento de algum desses regramentos pode levar à imposição de sanções pelo Poder Concedente e Órgão Regulador, com impactos nos negócios e resultados da Companhia. Ademais, a Administração não tem como prever se ocorrerão alterações nesses regramentos no futuro.

A Companhia opera sob concessão

Como citado no item “a”, o Poder Concedente poderá alterar, a qualquer tempo, as regras que delimitam a atuação da Companhia, o que pode impactar adversamente seus negócios e resultados. As mudanças na regulação podem alterar regras de contratação e comercialização de energia, nas regras de composição tarifária, nas formas e prazos de concessão, entre outros fatores, e podem ser motivados pelos mais diversos fatores, como: alterações políticas, mudanças do cenário econômico, avanços tecnológicos, desastres naturais, atos terroristas, pandemias como é o caso da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em março de 2020, em função da disseminação do vírus SARS-COV-2 (COVID- 19, coronavírus). Mudanças na regulação podem impactar adversamente os negócios e resultados da Companhia.

i) A questões socioambientais

A Companhia opera em regiões densamente povoadas e com diversas questões de ordem socioambiental. O principal desafio enfrentado é a qualidade das águas dos reservatórios e a preservação de suas margens, a qual eleva os custos de operação e manutenção e a expõe a riscos inerentes a degradação ambiental e ocupação irregular. Esse fato já ocorreu e pode ser recorrente, mas como medida de prevenção há uma equipe de fiscalização territorial que atua diariamente para minimizar esse risco.

Outro ponto importante está atrelado às atividades socioambientais que são realizadas periodicamente, isso estreita os vínculos institucionais com a sociedade e desenvolve uma parceria intrínseca para defesa ambiental. As atividades desenvolvidas seguem padrões, normas e procedimentos para o pleno atendimento da legislação ambiental em todas as esferas. O ordenamento das ações de fiscalização patrimonial e socioambiental são consideradas de suma importância para os gestores da Empresa, que apoiam e estão alinhados a conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental.

A Companhia opera sob legislação ambiental

Sim, todas as atividades desenvolvidas pela EMAE, estão sujeitas a legislação ambiental de âmbito federal, estadual e municipal. Por essa razão, há uma equipe qualificada permanente no quadro de colaboradores que, por meio de estudos e do cumprimento da legislação, dão suporte a todas as operações das unidades geradoras da Empresa.

j) Aos países estrangeiros onde o emissor atue.

Não aplicável

m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Não aplicável

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

1. **Risco Regulatório:** Mudanças na legislação e/ou regulamentos por parte do Poder Concedente podem impactar diretamente as receitas e obrigações da EMAE.
2. **Riscos relacionados a questões socioambientais:** A Companhia, que atua na região metropolitana de São Paulo, é responsável pela gestão de áreas de proteção ambiental, como rios e reservatórios de água. Essas áreas estão sujeitas a grande pressão antrópica, poluição e carreamento de materiais e sedimentos para os seus leitos, o que pode impactar suas operações.
3. **Risco de não atendimento ao padrão de qualidade exigido pelo Regulador:** Caso o desempenho operacional das unidades geradoras fique abaixo dos índices regulatórios de disponibilidade ou desempenho, a receita anual de geração das usinas sob gestão da Companhia, que não cumprirem esses padrões, poderá ser reduzida.
4. **Risco de impactos atuariais:** A elevação do custo atuarial, pode ocorrer devido a mudanças nos parâmetros atuariais vigentes e/ou desempenho das aplicações financeiras que suportam o funcionamento dos planos de aposentadoria oferecidos aos empregados da Companhia.
5. **Riscos relacionados à integridade das estruturas:** Embora a probabilidade de danos às estruturas seja remota, a materialização desses riscos pode ter elevado dano para a Empresa e para a sociedade.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.

Riscos de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio e capital de terceiros que a Companhia e sua controlada fazem para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente seus níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 412.344 e R\$ 426.282, controladora e consolidado os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não detinham instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos semelhantes.

Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, classificados na conta de Revendedores (Nota 5). Este risco é avaliado pela Companhia e sua controlada como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento e das cotas de energia elétrica - a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas no recebimento; e (2) para recebíveis decorrentes da renda de prestação de serviços – o porte de seus clientes e a análise prévia de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e sua controlada possuem caixa e equivalentes de caixa no valor de R\$ 412.344 e R\$ 426.282, controladora e consolidado, respectivamente (R\$ 421.891, controladora, e R\$ 436.741, consolidado, em 31 de dezembro de 2022), os quais estão mantidos em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais recebíveis com exposição máxima de risco de crédito são:

	Controladora e Consolidado	
	31.12.23	31.12.22
Arrendamento Financeiro UTE Piratininga (Nota 7).....	144.576	267.873
Ativo financeiro indenizável (Nota 12).....	375.887	269.890
Ativo reversível da concessão (Nota 13).....	195.374	195.374
Ativo financeiro - Sabesp (Nota 23.1).....	96.521	94.573
	812.358	827.710

O risco de crédito sobre as contas a receber de arrendamento financeiro é avaliado como baixo pois depende da capacidade financeira da contraparte (Petrobras) em efetuar os pagamentos nos prazos contratuais.

O ativo financeiro indenizável refere-se a valores a serem ressarcidos pelo Poder Concedente através das tarifas da concessão. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores foram incorporados à Receita a partir da Revisão Tarifária de 2018.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

O ativo reversível da concessão refere a indenização pelo Poder Concedente de ativos não totalmente depreciados ou amortizados na data de adesão ao regime de cotas. A Administração da Companhia avalia o risco de crédito como baixo uma vez que estes valores já foram avaliados e aprovados pela Diretoria da ANEEL. O processo de homologação pelo Ministério de Minas e Energia está em curso.

A realização do Ativo financeiro – Sabesp depende da capacidade financeira da contraparte (SABESP) de efetuar os pagamentos nos prazos conforme estabelecido em contrato. Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras não há atrasos no recebimento desse ativo financeiro

Exposição a riscos cambiais

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia e sua controlada não realizaram transações relevantes em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

As aplicações financeiras da Companhia e sua controlada são efetuadas em fundos de renda fixa, com liquidez diária e em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, estão registradas pelo valor de suas quotas.

Para verificar a sensibilidade da receita financeira aos riscos das variações nas taxas de juros, em que pese o saldo das aplicações financeiras modificarem-se de acordo com a necessidade e disponibilidade de caixa, foram elaborados cenários de variações equivalentes a 25% e 50% da estimativa do indexador utilizado no cenário provável para projetar as rentabilidades sobre o saldo existente para os próximos 12 meses.

O indexador aplicado no cenário provável foi obtido do Banco Central do Brasil - Indicadores Econômicos - Taxas de juros efetivas de 31 de dezembro de 2023, com CDI overnight de 11,15 % a.a.

	Saldo 31.12.23 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
CDI		11,15%	13,94%	16,73%
Controladora	411.935	45.931	57.413	68.896
Consolidado	425.873	47.485	59.356	71.227

	Saldo 31.12.23 Nota 4	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
CDI		11,15%	8,36%	5,58%
Controladora	411.935	45.931	34.448	22.965
Consolidado	425.873	47.485	35.614	23.742

O Contrato de Arrendamento da UTP Piratininga é atualizado mensalmente a uma taxa de 9,32% ao ano mais IGPM.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IGPM, considerou-se uma taxa de 9,32% a.a., imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2023, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IGPM equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Saldo 31.12.23 Nota 7	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IGPM	3,30%	12,93%	13,83%	14,73%
Arrendamento UTP	144.576	18.690	19.994	21.298

	Saldo 31.12.23 Nota 7	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IGPM	3,30%	12,93%	12,03%	11,12%
Arrendamento UTP	144.576	18.690	17.386	16.082

O acordo Sabesp é atualizado a uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% ambos ao ano.

Para análise de sensibilidade do risco de variação do IPCA, considerou-se uma taxa de 6,89% mais um prêmio de risco de 1,29% a.a. fixos, imputados no contrato e efetuou-se a projeção dos juros sobre o saldo devedor em 31 de dezembro de 2023, referente aos valores a receber para os cenários com variações do IPCA equivalentes a 25% e 50% para mais e para menos.

	Saldo 31.12.23 Nota 23.1	Cenário Provável	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
IPCA	3,81%	12,40%	13,43%	14,46%
SABESP	96.521	11.964	12.959	13.955

	Saldo 31.12.23 Nota 23.1	Cenário Provável	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
IPCA	3,81%	12,40%	11,36%	10,33%
SABESP	96.521	11.964	10.968	9.973

Risco de liquidez

A Companhia avalia periodicamente os seus índices de liquidez a fim de manter um nível mínimo de caixa e equivalentes de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez.

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

Consolidado	Até de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores.....	5.136	-	-	-	-	5.136
Dividendos/ JSCP ..	31.586	-	-	-	-	31.586
Total	36.722	-	-	-	-	36.722

Considerando as obrigações futuras da Companhia, a disponibilidade de caixa e a regularidade da receita a administração avalia o risco de liquidez como baixo.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Os processos relevantes, classificados com chance de **perda provável**, que, em **31/03/2024**, totalizavam R\$ 104,2 ou 98,1% do total de R\$ 106,2 milhões dos processos prováveis, estão demonstrados conforme segue:

Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA			
Código: PCE2009/0214	Fórum/Com.: BRASÍLIA	Advogado: Decio Freire Advogados	
Ação: Declaratória Condenatória	Vara/Juizado: 15ª VARA CÍVEL DE BRASÍLIA	Escrevente:	
Réu: EMPRESA METROPOLITANA	Autor: AES SUL DISTRIBUIDORA	Nº Processo: 0026448-59.2002.4.01.3400	
Probab. Êxito: Provável	Valor Causa: 373.941.812,38		
Dt. Fato Orig.: 23/08/2002	Dt. Citação: 17/03/2009	Dt. Ref. Est.: 31/12/2010	

Complemento

Resumo do Caso: A Ação Cautelar Inominada foi proposta pela A&S Sul contra a ANEEL para contestar o Despacho nº 288/2002, que afetava o balanço financeiro da empresa. A liminar inicialmente concedida foi posteriormente revogada, mas a 15ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal restabeleceu os efeitos da tutela antecipada em 25/10/2002. Um agravo de instrumento interposto pela ANEEL contra essa decisão foi negado. Em 10/10/2008, foi emitido um mandado de intimação para que outras operadoras de energia elétrica cumprissem a liminar, mesmo não sendo partes na demanda. Posteriormente, um despacho ajustou a antecipação de tutela para excluir a obrigação da ANEEL de contabilizar a favor da AES Sul o resultado positivo no balanço de 31/12/2001 e retirou a obrigação de depósito de valores por litisconsortes passivos necessários. A EMAE apresentou contestação em 25/11/2009, e em 08/03/2010, foi requerido o julgamento antecipado da lide. Em 09/04/2014, o recurso de apelação da AES Sul foi provido, alterando a perspectiva da empresa quanto à probabilidade de perda no processo para "provável". Em resposta, em 17/04/2014, a EMAE e outras partes interessadas opuseram Embargos de Declaração, seguidos por embargos infringentes. Os Embargos Infringentes foram opostos pela EMAE em 15/02/2016, com intimação às demais partes para apresentarem contrarrazões em 04/04/2016. O processo permaneceu em aberto, aguardando julgamento dos Embargos Infringentes até dezembro de 2023, sem movimentações significativas e sem possibilidade de apuração do contingenciamento devido às complexidades regulatórias e técnicas do caso. Em 30/01/2024, processo aguardando julgamento do recurso. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litisconsortes

Nome da Parte (Litisconsorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Ped. Corr.	Valor Prev. Corr.	Valor Econômico
Ação Declaratória	AES SUL DISTRIBUIDORA GA	0,00	44.921.155,73	44.921.155,73

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA

Código: PCE1999/0092	Fórum/Com.: SÃO PAULO	Advogado: Decio Freire Advogados
Ação: Reclamação	Vara/Juizado: 39ª VARA DO TRABALHO	Escrevente:
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: SINDICATO DOS ELETRICI	Nº Processo: 0176700-63.1999.5.02.0039
Probab. Êxito: Provável	Valor Causa: 200.000,00	
Dt. Fato Orig.: 01/09/1999	Dt. Citação: 01/09/1999	Dt. Ref. Est.: 31/01/2023

Complemento

Resumo do Caso: A Reclamação Trabalhista Coletiva foi proposta pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo contra a EMAE em 1999, buscando o adicional de periculosidade para seus empregados, totalizando 1.008 na época. Após perícias, considerou-se devido o adicional para 250 empregados, mas a sentença reduziu esse número para 104, dos quais 38 precisavam de perícia adicional para confirmar as condições de periculosidade. Os recursos apresentados pelas partes foram negados, e o processo retornou para a Vara de Origem para a liquidação, começando em março de 2022 com a nomeação de um perito contábil. Até o final de 2023, um dos empregados já tinha recebido o pagamento, e 75 fizeram acordos, restando 28 empregados aguardando os valores devidos. A EMAE argumentou nulidade da perícia por não seguir as diretrizes da sentença, mas a validade foi mantida pelo magistrado. Em março de 2023, a EMAE recorreu dessa decisão. A Segurança foi denegada, e novos recursos foram preparados e estão pendentes de julgamento. O processo enfrentou questões sobre a incompetência em julho de 2023 e ajustes no valor econômico devido aos acordos, diminuindo de R\$ 43.708.563,60 para R\$ 35.209.845,98. Outros acordos seguiram, afetando o valor econômico total. O julgamento dos recursos, como o Agravo de Petição e o Mandado de Segurança, está previsto, e audiências de conciliação foram realizadas e agendadas, com o sindicato desistindo de um acordo em novembro de 2023, movendo o processo para a execução da sentença. Em 14/03/2023, foi denegada a Segurança, tendo sido interposto Recurso Ordinário em 21/03/2023. Em 20/03/2023, despachamos memoriais no Agravo de Petição, com o Relator. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litiscosortes

Nome da Parte (Litiscosorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Ped. Corr.	Valor Prev. Corr.	Valor Econômico
Adicional Periculosidade	SINDICATO DOS ELETRICITA	100.533,33	R\$ 36.676.922,90	R\$ 36.676.922,90

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA			
Código: PCE2010/0057	Fórum/Com.: SÃO PAULO	Advogado: Decio Freire Advogados	
Ação: Reclamação	Vara/Juizado: 62ª VARA DO TRABALHO	Escrevente:	
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: LIVQ	Nº Processo: 0000909-25.2010.5.02.0062	
Probab. Êxito: Provável	Valor Causa: 25.000,00		
Dt. Fato Orig.: 19/09/2022	Dt. Citação: 15/04/2010	Dt. Ref. Est.: 19/09/2022	

Complemento

Resumo do Caso: Trata-se de Reclamação Trabalhista movida por um reclamante que busca diferenças no plano de suplementação de aposentadoria, com a ação julgada procedente em primeira instância, condenando a EMAE e a Função CESP ao pagamento das diferenças requeridas. Apesar de todos os recursos interpostos, a sentença de primeira instância não foi alterada. O processo retornou à vara de origem, onde o reclamante está buscando a inclusão em folha das diferenças para posteriormente apresentar cálculos. Em 14/09/2022, o reclamante apresentou cálculos no valor de R\$ 4.620.245,03, que foram impugnados pela EMAE em 29/09/2022, apresentando uma contraproposta de R\$ 3.950.498,73. Em resposta, um perito contábil foi nomeado em 03/10/2022 para elaborar um laudo. Até dezembro de 2022, o processo aguardava a homologação dos cálculos. Em 04/04/2023, a correclamada Vivest apresentou cálculos atualizados, indicando que deveria pagar ao reclamante R\$ 4.232.772,81 e repassar R\$ 6.861.920,73 à EMAE. Isso alterou o valor econômico do processo. Até maio de 2023, as partes foram notificadas para tomar ciência dos esclarecimentos do perito, após o que a EMAE impugnou esses esclarecimentos. O processo seguiu sem movimentações significativas de julho a novembro de 2023. Em dezembro de 2023, estava pendente uma manifestação sobre os esclarecimentos dos cálculos do perito. Em 31/01/2024, aguardando homologação de cálculos, sem alteração até 29/03/2024. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litisconsortes

Nome da Parte (Litisconsorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu
FUNDAÇÃO CESP	Reclamada

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Ped. Corr.	Valor Prev. Corr.	Valor Econômico
Suplem. de Aposentadoria	LIVQ	27.216,67	R\$ 8.055.894,94	R\$ 8.055.894,94

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Seqüência: 494/650		Nº Desd.: 0	
Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA			
Código: PCE2017/0085	Fórum/Com.: SÃO PAULO	Advogado: Decio Freire Advogados	
Ação: Reclamação	Vara/Juizado: 18ª VARA DO TRABALHO	Escrevente:	
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: Sindic. dos Trab. nas Ind. Ener	Nº Processo: 1000927-54.2017.5.02.0718	
Probab. Êxito: Provável	Valor Causa: 40.000,00		
Dt. Fato Orig.: 17/07/2017	Dt. Citação: 17/07/2017	Dt. Ref. Est.: 17/07/2017	

Complemento

Resumo do Caso: A Reclamação Trabalhista Coletiva foi proposta pelo Sindicato dos Eletricitários de São Paulo contra a EMAE em 1999, buscando o adicional de periculosidade para seus empregados, totalizando 1.008 na época. Após perícias, considerou-se devido o adicional para 250 empregados, mas a sentença reduziu esse número para 104, dos quais 38 precisavam de perícia adicional para confirmar as condições de periculosidade. Os recursos apresentados pelas partes foram negados, e o processo retornou para a Vara de Origem para a liquidação, começando em março de 2022 com a nomeação de um perito contábil. Até o final de 2023, um dos empregados já tinha recebido o pagamento, e 75 fizeram acordos, restando 28 empregados aguardando os valores devidos. A EMAE argumentou nulidade da perícia por não seguir as diretrizes da sentença, mas a validade foi mantida pelo magistrado. Em março de 2023, a EMAE recorreu dessa decisão. A Segurança foi denegada, e novos recursos foram preparados e estão pendentes de julgamento. O processo enfrentou questões sobre a incompetência em julho de 2023 e ajustes no valor econômico devido aos acordos, diminuindo de R\$ 43.708.563,60 para R\$ 35.209.845,98. Outros acordos seguiram, afetando o valor econômico total. O julgamento dos recursos, como o Agravo de Petição e o Mandado de Segurança, está previsto, e audiências de conciliação foram realizadas e agendadas, com o sindicato desistindo de um acordo em novembro de 2023, movendo o processo para a execução da sentença. Em março de 2023, impugnado o laudo pericial pela EMAE, destacando a impossibilidade de diferenças de horas extras porque jamais foram pagas e os equívocos cometidos pelo perito. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litisconsortes

Nome da Parte (Litisconsorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Ped. Corr.	Valor Prev. Corr.	Valor Econômico
Diferença hora extra	Sindic. dos Trab. nas Ind. Energia	71.009,46	R\$ 7.881.275,97	R\$ 7.881.275,97

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA		
Código: PCE2015/0121	Fórum/Com.:	Advogado: Decio Freire Advogados
Ação: Ação Civil Pública	Vara/Juizado:	Escrevente:
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: MINISTERIO PUBLICO DO	Nº Processo: 1001938-65.2015.8.26.0526
Probab. Êxito: Provável	Valor Causa: 10.000,00	
Dt. Fato Orig.: 06/01/2016	Dt. Citação:	Dt. Ref. Est.: 06/01/2016

Complemento

Resumo do Caso: Trata-se de Ação Civil Pública foi ajuizada pelo Ministério Público contra a EMAE e o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE). O objetivo é obter a condenação solidária das rés ao pagamento de R\$ 20.000.000,00 devido ao suposto dano ambiental causado por sedimentos de um reservatório gerenciado pela EMAE, que resultou na morte de toneladas de peixes no Córrego Ajudante. A sentença de primeiro grau foi parcialmente procedente, determinando uma indenização de R\$ 2.570.000,00. A EMAE, alegando não ser parte legítima e tendo tido seu direito de defesa cerceado, interpôs Embargos de Declaração e depois Apelação, que foi negada sob justificativas de adequação técnica das provas, legitimidade da EMAE no processo, e sua suposta responsabilidade pelos danos ambientais. Após novos Embargos de Declaração rejeitados pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, a EMAE e o DAEE recorreram aos tribunais superiores. Todos os Recursos Especiais e Extraordinários foram inicialmente inadmitidos, mas agravos correspondentes foram interpostos. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou o agravo da EMAE, convertendo-o em Recurso Especial. O processo teve vários desdobramentos, incluindo a apresentação de parecer pelo MP e várias movimentações de recursos, culminando na inclusão do caso para julgamento em sessão virtual da Primeira Turma, prevista para ocorrer entre 02/04/2024 e 08/04/2024. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Nome da Parte (Litisconsorte)**Posição**

Partes/Litisconsortes	
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Ped. Corr.	Valor Prev. Corr.	Valor Econômico
Ação Civil Pública	MINISTERIO PUBLICO DO ES	R\$ 6.704.544,16	R\$ 6.704.544,16	R\$ 6.704.544,16

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Os processos relevantes, classificados com chance de **perda possível**, que, em 31/03/2024, totalizavam R\$ 62,1 milhões ou 83,2% do total de R\$ 74,6 milhões dos processos possíveis, estão demonstrados conforme segue:

Seqüência: 594/650		Nº Desd.: 0	
Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA			
Código: PCE2022/0069	Fórum/Com.: CUBATÃO	Advogado: Decio Freire Advogados	
Ação: Execução Fiscal	Vara/Juizado: 1ª ANEXO FISCAL DE CUB	Escrevente:	
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: PREFEITURA MUNICIPAL	Nº Processo: 1505405-88.2022.8.26.0157	
Probab. Êxito: Possível	Valor Causa: 19.022.248,70		
Dt. Fato Orig.: 02/11/2022	Dt. Citação: 01/12/2022	Dt. Ref. Est.:	

Complemento

Resumo do Caso: Trata-se de Execução Fiscal em que a municipalidade busca cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos anos de 2018 a 2021, totalizando R\$ 19.022.248,70, relacionado a um imóvel atribuído à Eletropaulo, que também envolve a EMAE e outros como corresponsáveis. As Certidões de Dívida Ativa (CDAs) indicam as responsabilidades compartilhadas. Eletropaulo defendeu-se argumentando que o imóvel foi transferido para a Companhia Piratinga de Força e Luz em 2001 e ofereceu o imóvel como garantia, enquanto também apresentou uma exceção de pré-executividade para se retirar do processo. A EDP, em 09/12/2022, e a EMAE, em 19/12/2022, também apresentaram exceções de pré-executividade contestando suas responsabilidades pelas dívidas. O caso viu mudanças no juiz responsável em março e setembro de 2023. Durante o mesmo período, houve uma ordem judicial para suspender a execução fiscal em relação à EMAE. Em resposta, a EMAE solicitou a expedição de uma certidão de regularidade fiscal para continuar com seus serviços essenciais, propondo que o imóvel fosse aceito como garantia para o crédito tributário. Em 28/09/2023, a EMAE reiterou sua necessidade de uma certidão de regularidade fiscal urgente. Finalmente, em 01/12/2023, a Prefeitura de Cubatão solicitou que a execução fiscal fosse juntada a outro processo em andamento, conforme a legislação aplicável. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litisconsortes

Nome da Parte (Litisconsorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Econômico
Execução	PREFEITURA MUNICIPAL DE	R\$ 23.038.504,23

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA			
Código: PCE2022/0071	Fórum/Com.: CUBATÃO	Advogado: Decio Freire Advogados	
Ação: Execução Fiscal	Vara/Juizado: 1ª ANEXO FISCAL DE CUB	Escrevente:	
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: PREFEITURA MUNICIPAL	Nº Processo: 1508277-76.2022.8.26.0157	
Probab. Êxito: Possível	Valor Causa: 14.460.953,61		
Dt. Fato Orig.: 21/11/2022	Dt. Citação: 01/12/2022	Dt. Ref. Est.:	

Complemento

Resumo do Caso: Trata-se de Execução Fiscal onde a municipalidade busca a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) dos anos de 2014 a 2017, totalizando R\$ 14.460.953,61, referente a um imóvel atribuído à Eletropaulo. As Certidões de Dívida Ativa (CDAs) listam valores específicos para cada ano e nomeiam outras partes como corresponsáveis. Eletropaulo contestou sua responsabilidade, indicando transferência prévia do imóvel para a Companhia Piratininga de Força e Luz em 2001 e ofereceu o imóvel como garantia. Eletropaulo também argumentou sua ilegitimidade passiva, afirmando não operar na comarca em questão e não possuir ativos na área. Por outro lado, a EMAE também negou ser proprietária do imóvel. Em resposta a essas alegações, a EDP apresentou uma exceção de pré-executividade em dezembro de 2022, pedindo que fosse excluída do processo e que as CDAs fossem anuladas. Além disso, em setembro de 2023, a EMAE solicitou, em caráter de urgência, que o imóvel fosse aceito como garantia do crédito tributário para possibilitar a expedição de uma certidão de regularidade fiscal, vital para a continuação de seus serviços essenciais. Até dezembro de 2023, o caso estava aguardando apreciação e julgamento das exceções de pré-executividade apresentadas, sem novas movimentações no processo. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litisconsortes

Nome da Parte (Litisconsorte)	Posição	Valor Econômico
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu	
Objeto do Pedido	Nome da Parte	
Execução	PREFEITURA MUNICIPAL DE	R\$ 17.514.161,77

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Seqüência: 588/650		Nº Desd.: 0	
Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA			
Código: PCE2019/0086	Fórum/Com.: SÃO PAULO	Advogado: Decio Freire Advogados	
Ação: Declaratória	Vara/Juizado: FAZENDA PÚBLICA DE SÃO PAULO	Escrevente:	
Autor: EMPRESA METROPOLITANA	Réu: PREFEITURA DO MUNICÍPIO	Nº Processo: 1072520-15.2019.8.26.0053	
Probab. Êxito: Possível	Valor Causa: 8.346.635,90		
Dt. Fato Orig.:	Dt. Citação:	Dt. Ref. Est.:	

Complemento

Resumo do Caso: A ação em questão é uma Ação Anulatória de débito fiscal com pedido de Tutela de Urgência, onde a EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia) busca anular o débito fiscal relacionado ao IPTU do imóvel na Avenida Nossa Senhora de Sabará, em São Paulo. A empresa argumenta que o valor do IPTU estava excessivamente alto e que a área do imóvel usada para calcular o imposto não correspondia à realidade. Após um processo eletrônico para revisão do IPTU, a prefeitura de São Paulo notificou a EMAE sobre o lançamento do IPTU para os anos de 2018 e 2019. A EMAE contestou esses valores, levando à interposição de diversos recursos judiciais, incluindo agravo de instrumento e recurso especial, todos sem sucesso na alteração da decisão inicial que indeferiu a tutela de urgência solicitada pela empresa. Durante o processo, a EMAE realizou depósitos judiciais para cobrir o valor contestado do IPTU, somando milhões de reais ao longo de vários anos. Um laudo pericial confirmou que a área utilizada pela prefeitura para cálculo do IPTU era maior que a área real do imóvel e que uma das esquinas consideradas pela municipalidade para elevar o cálculo não existia, favorecendo assim a posição da EMAE. Finalmente, em abril de 2023, foi proferida uma sentença que julgou parcialmente procedentes os pedidos da EMAE, anulando os lançamentos de IPTU desde 2018 devido aos erros apontados sobre as medidas do imóvel e a consideração indevida de duas esquinas. A decisão, contudo, não incluiu o pedido de limite de 10% de aumento para o IPTU de 2022, que não estava no objeto original da ação. Apesar dessa vitória parcial, a sentença e outros aspectos do caso ainda estão sob apelação. A EMAE também solicitou o levantamento de parte dos valores depositados judicialmente, baseando-se na sentença favorável que obteve. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litisconsortes

Nome da Parte (Litisconsorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Autor

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Econômico
Anulatória	PREFEITURA DO MUNICÍPIO	R\$ 21.590.574,30

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Os processos relevantes, classificados com chance de **perda remota**, que, em 31/03/2024, totalizavam R\$ R\$ 5,1 milhões ou 83,2% do total de R\$ 13,3 milhões, estão demonstrados conforme segue:

Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA		
Código: PCE2019/0003	Fórum/Com.: SÃO PAULO	Advogado: Decio Freire Advogados
Ação: Execução Fiscal	Vara/Juizado: VARA DAS EXECUÇÕES FI	Escrevente:
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: PREFEITURA DO MUNICIP	Nº Processo: 1606165-91.2018.8.26.0090
Probab. Êxito: Remota	Valor Causa: 3.522.411,00	
Dt. Fato Orig.:	Dt. Citação: 17/01/2019	Dt. Ref. Est.:

Complemento

Resumo do Caso: Trata-se de Execução Fiscal que tem como objeto a cobrança do IPTU referente ao exercício 2016 do imóvel inscrito no SQL sob nº 096.127.0001-1, consubstanciado na CDA de nº 588.378-4/2018-6, no valor total de R\$ 3.522.411,00 (duzentos e noventa e quatro mil, quarenta e três reais e vinte e sete centavos) - data-base 01/11/2018. Referido imóvel executado é objeto de CONTRATO DE CESSÃO DE USO POR COMODATO DE ÁREA A TÍTULO GRATUITO, celebrado entre a EMAE (proprietária do bem) e o ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio da Secretaria de Meio Ambiente, sendo no mesmo implantado o PARQUE VILLA LOBOS (Doc. 3), sendo referido fato de total conhecimento da Exequente.

Em manifestação nos autos da execução fiscal, foi informado ao juízo que o imóvel título da presente execução fiscal foi cedido pela EMAE, de maneira gratuita, ao ESTADO DE SÃO PAULO para implantação do Parque Villa Lobos, pelo prazo de 5 (cinco) anos, portanto, até abril/2019. Em decisão de fls. 70/71 foi deferido o pedido liminar da EMAE, excluindo o nome da executada do CADIN.

O Município informou nos autos que a exigibilidade do crédito está suspensa por decisão judicial prolatada nos autos do processo 1003761-96.2019.8.26.0053.

Decisão de fls. 86 determinando a suspensão do feito por 01 anos até o julgamento. Foi constatado nos autos que muito embora tenha sido deferido a liminar de exclusão do nome da executada do CADIN, o Município não o comprovou nos autos, exigindo da EMAE o requerimento de tal Certidão de Regularidade Fiscal, por meio administrativo. O pedido foi juntado nos autos e o juízo informado. Alterada probabilidade para Remoto, em razão da decisão julgando procedente a ação declaratória e ocorrência de transito em julgado.

Informamos sobre a referida decisão nos autos da Execução, requerendo o julgamento de feito.

Aguardando conclusão dos autos.

Atualizado em março de 2024.

O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litisconsortes

Nome da Parte (Litisconsorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Ped. Corr.	Valor Prev. Corr.	Valor Econômico
IPTU	PREFEITURA DO MUNICIPIO	3.522.411,00	3.522.411,00	3.522.411,00

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Empresa: EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA		
Código: PCE2016/0047	Fórum/Com.: SÃO PAULO	Advogado: Decio Freire Advogados
Ação: Reclamação	Vara/Juizado: 4ª VARA DO TRABALHO D	Escrevente:
Réu: EMPRESA METROPOLITA	Autor: ABO	Nº Processo: 1000771-45.2016.5.02.0704
Probab. Êxito: Remota	Valor Causa: 50.000,00	
Dt. Fato Orig.: 20/05/2021	Dt. Citação: 10/05/2016	Dt. Ref. Est.: 01/06/2023

Complemento

Resumo do Caso: Trata-se de Reclamação Trabalhista de advogado admitido por concurso público, que pleiteia a Nulidade da Dispensa (em razão de suposto cargo público), Equiparação Salarial e Horas Extras. Em 19/05/2021, foi proferida sentença nos autos condenando a EMAE apenas ao pagamento de Dobra de férias referente ao ano de 2013. (prognostico alterado para provável no entanto o valor econômico foi alterado para R\$ 10.000,00). Foi interposto Recurso Ordinário pelo Reclamante e em 17/03/2022 foi proferido Acórdão dando parcial provimento ao Recurso do Reclamante para condenar a EMAE também ao pagamento de horas extras (valor econômico alterado para 1.240.882,14 com base no Acórdão). Em outubro de 2022, aguardando processamento de Recurso de Revista. Em dezembro de 2022 processo suspenso em razão de tema de repercussão geral. Em maio de 2023, processo ainda suspenso. Em agosto de 2023, processo ainda suspenso. Em setembro de 2023, sem novos andamentos. Em outubro de 2023, sem novos andamentos. Em novembro/23, sem novos andamentos. Em março/2024 - Sem novos andamentos - processo suspenso por ordem do STF em razão de tema de repercussão geral. O processo foi considerado relevante devido à sua materialidade financeira, e o impacto em caso de perda envolveria o desembolso do valor econômico estimado.

Partes/Litiscosortes

Nome da Parte (Litiscosorte)	Posição
EMPRESA METROPOLITANA DE AGUAS E ENERGIA	Réu

Pedidos

Objeto do Pedido	Nome da Parte	Valor Econômico
Reintegração ao emprego	ABO	1.541.605,07

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Valores em R\$ milhões, base mar/2024.

	Provável	Possível	Remota	Total Geral
Total relevante	104,2	74,6	13,3	192,1

4.6 Processos sigilosos relevantes

Não há processos dessa natureza.

4.7 Outras contingências relevantes

Nada a acrescentar.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Sim, a EMAE desenvolveu a Política de Gestão de Riscos, aprovada pelo Conselho de Administração, o documento foi implementado em 18/03/2020, e reforçando o comprometimento com a evolução de suas práticas de governança, riscos e conformidade (GRC), em dezembro de 2023, a EMAE atualizou sua Política de Gestão de Riscos, revisando as diretrizes em relação à identificação e gerenciamento de riscos corporativos que possam vir a impactar o negócio e o alcance de suas estratégias.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento, quando houver, incluindo:

i. riscos para os quais se busca proteção.

ii. os instrumentos utilizados para proteção.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

As atividades de Gestão de Riscos preconizam as seguintes diretrizes:

As atividades de Gestão de Riscos devem considerar o alinhamento da estratégia da EMAE com sua missão, visão e valores, bem como as implicações do plano adotado;

A Gestão de Riscos da EMAE deve ser vinculada ao diretor-presidente e liderada por diretor estatutário indicado pelo Conselho de Administração, devendo o estatuto social prever as atribuições da área, bem como estabelecer mecanismos que assegurem atuação independente;

O Conselho de Administração e a Diretoria devem promover a Gestão de Riscos na Empresa, assegurar a prática das diretrizes e o engajamento aos procedimentos de gerenciamento de riscos;

O gerenciamento de riscos deve fazer parte da cultura da EMAE, permeando os processos de gestão, controles internos, conformidade e auditoria interna, promovendo a identificação antecipada dos riscos e a sua gestão tempestiva;

Os riscos identificados devem ser analisados, classificados, priorizados e ter sua estratégia de tratamento e monitoramento definida;

As tomadas de decisão da EMAE devem considerar os riscos envolvidos, visando a preservação e a criação de valor da Empresa;

A melhoria contínua do processo de gerenciamento de riscos deve ser promovida por meio de ciclos anuais de avaliação e revisões independentes, a fim de assegurar a eficácia do gerenciamento dos riscos;

O processo de gerenciamento de riscos ocorre por meio da captura dos riscos associados ao planejamento estratégico, negócio e processos da EMAE, avaliando sua criticidade (impacto e probabilidade), identificando as

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ações mitigatórias e controles internos existentes e, posteriormente, definindo seu tratamento, monitoramento e reporte;

Os riscos devem ser registrados em um portfólio e matriz, que devem ser revisados anualmente ou a qualquer momento, considerando os acontecimentos relacionados às estratégias e à mudança na probabilidade dos riscos e na eventualidade da sua materialização o impacto; e

O monitoramento contínuo dos riscos requer a utilização de indicadores, os quais devem ser avaliados e reportados, pelo Comitê Executivo de Riscos, periodicamente ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.

A Companhia possui a Coordenadoria de Gestão de Riscos subordinada ao Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno em sua estrutura organizacional, responsável pela identificação, classificação e avaliação dos riscos que a Companhia está sujeita, Comitê Executivo de Riscos, Conselho Fiscal de funcionamento permanente, Comitê de Auditoria e os Departamentos de Auditoria Interna e de Controladoria

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a estrutura organizacional é adequada e permite o bom desempenho e a conformidade do ambiente controlado. Conforme mencionado, o Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, o Departamento de Auditoria Interna e a área de Controladoria desempenham, no dia a dia, esse papel. Para tanto, se valem, principalmente, do sistema integrado SAP/R3, que por meio de parametrização permite, com adequado grau de confiabilidade, manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores. Ademais, a Companhia se vale da Auditoria Interna para avaliar processos e controles internos existentes, assim como recomendar novas rotinas para melhorar a precisão e confiabilidade das informações e mitigar riscos.

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A EMAE estabelece as diretrizes para a realização dos seus processos por meio dos documentos de governança e de gestão. Esses documentos explicitam os valores, a alçada e a competência para execução das atividades, bem como padroniza e estabelece as regras para a execução dessas atividades.

O controle das atividades da Empresa é realizado por meio do sistema SAP/R3, que é uma ferramenta parametrizada para refletir as regras do negócio estabelecidas nos documentos de gestão e governança. No SAP/R3 estão determinadas as segregações de funções e níveis de aprovações, o orçamento previsto e realizado, previsões de dispêndio e o fluxo de caixa. Com isso, permite-se o controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE com adequado grau de confiabilidade e a correta aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores, CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar os processos e controles internos existentes, bem como estabelecer novas rotinas com vistas a reduzir prazos, aumentar a precisão e a confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos, há o Departamento de Auditoria Interna, valendo-se, usualmente, de comitês multidisciplinares para trabalhos específicos com essa finalidade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas.

A EMAE possui uma estrutura dedicada exclusivamente aos controles internos, a qual está sob responsabilidade da Coordenadoria de Controle Interno, subordinada ao Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno.

O Departamento de Orçamento e Finanças é responsável pelo controle econômico-financeiro e orçamentário; pelas contabilidades geral, patrimonial e de custos; pela área fiscal e, também, pela área de tarifas. Atuando de forma a observar às normas societárias, contábeis, tributárias e regulatórias aplicáveis.

O Departamento de Auditoria Interna, que se reporta funcionalmente ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria e administrativamente à Presidência, é responsável pela verificação da consistência das informações e processos realizados na Companhia, além de observar o atendimento aos instrumentos de gestão e governança.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna é reportado, por meio de relatório, aos Diretores e Gerentes envolvidos e ao Diretor-Presidente. Para eventuais deficiências identificadas são implementados planos de ação, com a indicação do responsável e da data de implantação, que são acompanhados pela área de Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possa impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

5.2 Descrição dos controles internos

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

No curso dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, os auditores independentes apresentam a carta de controles internos na qual, quando identificadas, são apresentadas eventuais deficiências ou sugestões para melhorias identificadas. Ressaltamos que o parecer dos auditores não contém ressalva ou comentário decorrente de deficiência nos controles internos da Companhia.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A Diretoria adota a prática de discutir cada apontamento com a área responsável pelo assunto, planejando e adotando as medidas corretivas necessárias para solução da deficiência, definindo cronogramas detalhados para cada deficiência relatada. A Auditoria Interna, que se reporta funcionalmente ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria, acompanha as medidas propostas quanto a implementação pelos responsáveis, reportando à diretoria os resultados apurados.

5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:´

se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas.

A Companhia possui um Programa de Integridade e todos os colaboradores são submetidos a ele, possui também um Código de Conduta e Integridade e um canal de denúncia aberto para o recebimento de denúncias de terceiros. Adicionalmente, instalou um Comitê de Ética para recepção, julgamento e proposição de sanções das denúncias de infração ao Código de Conduta e Integridade.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes.

As estruturas organizacionais são Auditoria Interna, responsável aferição do Programa de Integridade, incluindo o funcionamento do canal de denúncias e o Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno, responsável pelo monitoramento, com criação formalmente aprovada e com independência de seus dirigentes. A Auditoria interna se reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário e o Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno à Presidência, e ao Conselho de Administração, quando necessário.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- *se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.* Sim, possui código de ética e se aplica a todos os administradores, conselheiros fiscais, empregados e a fornecedores, prestadores de serviço e todo aquele que atua em nome da EMAE.

- *se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema.*

Anualmente a Companhia promove o treinamento relativo ao Código de Conduta e Integridade para todos os colaboradores, incluindo administradores, membros do conselho fiscal e comitê de auditoria.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.*

As violações ao Código de Conduta e Integridade são passíveis de aplicação de medidas disciplinares que podem resultar em advertência, suspensão ou dispensa por justa causa.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A versão vigente do Código de Conduta e Integridade foi aprovada pelo Conselho de Administração em 06/12/2023. O referido documento está disponível em www.etae.com.br e em <https://ri.etae.com.br>, em ambos os sites na área de governança.

5.3 Programa de integridade

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- *se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros.*

A EMAE conta com canal de denúncias operando por empresa terceirizada em benefício da independência.

- *se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados.*

O canal é acessível a todos os públicos, 24 horas por dia, por meio de link ou telefone, ambos disponíveis no site da Companhia.

- *se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé.*

O anonimato e a proteção ao denunciante são premissas básicas prevista no Código de Conduta e Integridade da Companhia.

- *órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*

Comitê de Ética com auxílio do Departamento de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

Em seu Programa de Integridade, a Companhia prevê procedimentos de diligência com o objetivo de identificar os riscos envolvidos em relações contratuais. Tal prática é adotada, também, em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

A EMAE possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos.

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos”:

A Companhia entende que não houve alteração nos principais riscos a que está sujeita.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes além daquelas previstas nos demais itens da seção 5 deste Formulário de Referência.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARYS FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO						
57.591.412/0001-60	Brasil	Não	Não	24/10/2024		
Não	Trustee Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários		Juridica		67.030.395/0001-46	
3.557.788	24,194	0	0,000	3.557.788	9,629	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Ordinária Classe A	3,557,788	24.194	24.194	9.629		
Preferencial Classe A	0	0.000	0.000	0.000		
Eletrobras						
00.001.180/0001-26	Brasil	Não	Não	22/12/1997		
Não						
0	0,000	14.416.333	64,817	14.416.333	39,019	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
JULIA TALIA XAVIER ÁLVARES OTERO						
092.256.937-10	Brasil	Não	Não	08/08/2024		
Não						
0	0,000	2.231.033	10,031	2.231.033	6,038	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
Preferencial Classe A	2,230,933	28.509	10.030	6.038		

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
PHOENIX ÁGUA E ENERGIA S.A.					
55.346.267/0001-27	Brasil	Não	Não	02/10/2024	
Não	PHOENIX FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA		Jurídica	54.393.170/0001-02	
11.135.960	75,727	44.224	0,199	11.180.184	30,260
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
Ordinária Classe A	11,135,960	75.727	75.727	30.140	
Preferencial Classe A	44,224	0.565	0.199	0.120	
AÇÕES EM TESOURARIA					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
11.622	0,079	5.550.124	24,954	5.561.746	15,053
TOTAL					
14.705.370	100,000	22.241.714	100,000	36.947.084	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	08/04/2024
Quantidade acionistas pessoa física	29.828
Quantidade acionistas pessoa jurídica	212
Quantidade investidores institucionais	28

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	3.569.410	24,273%
Quantidade preferenciais	7.825.381	35,183%
Total	11.394.791	30,841%

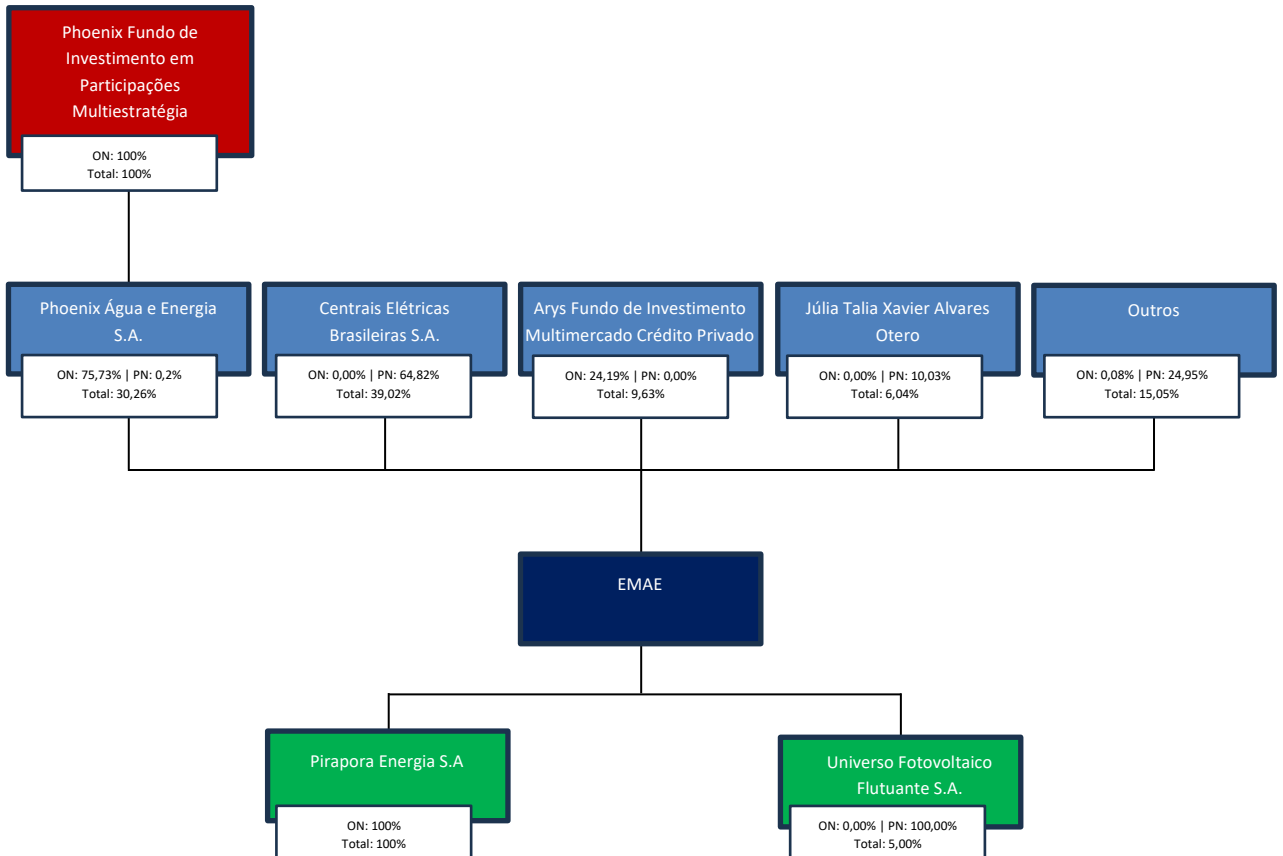
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Pirapora Energia S.A.	13.187.847/0001-79	100
UNIVERSO FOTOVOLTAICO FLUTUANTE SPE S.A.	53.144.774/0001-52	5

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações.
- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Privatização

Em 29 de setembro de 2020, na 7ª Reunião Conjunta Extraordinária do Conselho Diretor do Programa de Desestatização – CDPED e do Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas – CGPPP foi recomendada a autorização para a Secretaria da Fazenda e Planejamento (“SFI”) contratar os estudos e serviços necessários à alienação das ações de titularidade da Administração Pública estadual na Companhia.

Em atenção à exigência do §1º do artigo 7º da Lei Estadual nº 9.361, de 05 de julho de 1996, que cria o Programa Estadual de Desestatização - PED, a SFI promoveu a contratação do Consórcio Nova EMAE Genial para a execução, nos termos do Contrato SPI nº 03/2023, dos serviços de consultoria para avaliação, estruturação e execução de alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado de São Paulo (“Estado”), com base no período fiscal encerrado em 30 de setembro de 2023, sendo esses serviços definidos no Edital do Pregão Eletrônico SPI n.º 01/2023, cuja licitação prévia foi realizada nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Observando estritamente o exigido pela legislação quanto à publicidade dos atos preparatórios da licitação, houve audiência pública no dia 22 de dezembro de 2023, por videoconferência, com seu anúncio tendo ocorrido no dia 12 de dezembro de 2023, conforme publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da SFI, sendo o relatório da audiência pública disponibilizado no site da SFI em 22 de dezembro de 2023.

No dia 15 de março de 2024, a SFI publicou o aviso de licitação, comunicando a abertura do processo de licitação, na modalidade leilão, para a alienação de ativos mobiliários detidos direta e indiretamente pelo Estado correspondente a ações representativas do capital social da Companhia (“Leilão”). O Edital SPI nº 01/2024 e seus anexos (“Edital”), incluindo a minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), foi publicado em 18 de março de 2024, regulamentando os termos e condições da desestatização.

O Edital prevê, entre outras obrigações, que o adjudicatário das ações de emissão da Companhia detida pelo Estado, deverá, na condição de novo controlador, exercer, quando necessário, seu direito de voto nas Assembleias Gerais da Companhia, e orientar o voto dos membros do Conselho de Administração que tiver eleito, para que a Companhia continue a cumprir, pelo atual prazo de vigência das atuais concessões da Companhia, com as obrigações previstas no Edital e no Contrato.

Entre as obrigações que vinculam o novo controlador, seus acionistas e eventuais sucessores na condução da administração da Companhia, estão, simplificada e genericamente, a de manter a sua sede no Estado de São Paulo; assegurar a participação de um representante dos empregados, eleito por votação em separado, no Conselho de Administração; garantir a continuidade dos planos de previdência e saúde para os atuais empregados; respeitar acordos coletivos de trabalho; implementar programas de requalificação profissional; assegurar a continuidade dos programas ambientais e o cumprimento de compromissos socioambientais; cumprir com os acordos existentes com o Poder Público em decorrência da construção, manutenção e operação dos seus empreendimentos; realizar a gestão documental conforme a legislação; respeitar cessões e autorizações quanto ao uso de áreas; manter a operação gratuita das travessias por embarcações no Reservatório Billings até 2026; pagar indenização chamada "quarentena" aos Diretores desligados após a desestatização, correspondente a uma remuneração mensal pelo período de

6.6 Outras informações relevantes

4 meses, não inferior à última remuneração completa recebida no cargo, desde que o Diretor se comprometa a não assumir qualquer vínculo profissional com empresas em conflito com os interesses da Companhia; cumprir todo o conjunto de procedimentos na operação do sistema hídrico de bacias localizadas no Estado de São Paulo, nos termos da Resolução Conjunta SMA/SSE-002 de 19 de fevereiro de 2010 ou qualquer outro ato normativo que vem a substituí-la; e, caso haja transferência de controle ou reorganização societária da Companhia, assegurar que os novos acionistas adiram às obrigações do Contrato.

No caso da operação gratuita da travessia por balsas no Reservatório Billings, o novo controlador poderá, mediante prévia anuência do Estado, transferir a operação do serviço ao Estado ou a um futuro operador, desde que garanta a continuidade do serviço através de um plano de transição e transfira ao Estado ou ao futuro operador, gratuitamente, a titularidade conjunta de todos os ativos necessários à regular operação, em boas condições de funcionamento.

Em relação às 1.097 ações objeto do processo nº 1053725-58-2019.8.26.0053, o Contrato prevê que também estão incluídas no Leilão, cabendo ao comprador notificar o Estado para tomar as medidas cabíveis para transferência dessas ações em até 60 dias da notificação, pelo preço final do Leilão atualizado pela variação da Taxa SELIC entre a data da Liquidação do Leilão e a efetiva transferência das ações em questão.

O Edital estabelece, também, a alienação das 3.694.708 (três milhões, seiscentas e noventa e quatro mil, setecentas e oito) ações ordinárias de emissão da Companhia de propriedade do Estado, que correspondem a 10% (dez por cento) do capital social total da Companhia, pelo preço de R\$ 52,85 (cinquenta e dois reais e oitenta e cinco centavos) por ação, aos empregados em atividade na data de 18 de março de 2024, incluindo aqueles que se aposentaram após esta data, bem como os empregados admitidos até 18 de março de 2024 e reintegrados judicialmente após essa mesma data.

Em 19 de abril de 2024, na sede da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), a Comissão de Contratação, designada pela Resolução SPI nº 19, de 15 de março de 2024 (“Comissão de Contratação”), deu início à sessão pública do Leilão, ocasião em que foi declarada como mais bem classificada a proposta de preço do Phoenix Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Phoenix FIP”), no valor de R\$ 70,65 (setenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos) por ação, sendo a ata de julgamento final do Leilão publicada pela SPI em 20 de março de 2024 e assinada pela Comissão de Contratação.

Uma vez superadas as condições precedentes estabelecidas no Contrato, incluindo a anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Despacho nº 2.379, publicado no Diário Oficial da União (“DOU”) em 23 de agosto de 2024, e a aprovação da transferência do controle da Companhia pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, através do Despacho SG nº 1.042/2024, publicado no DOU em 9 de setembro de 2024, o Contrato foi celebrado em 2 de outubro de 2024, entre a SPI, o Phoenix FIP e a Phoenix Água e Energia S.A. (“Phoenix S.A.”), sociedade de propósito específico constituída especificamente para assinatura do Contrato e adjudicação das ações objeto do Leilão, conforme autorizado pelo Edital.

O Leilão foi liquidado pela B3 na mesma data, resultando na transferência à Phoenix S.A. do controle acionário da Companhia, conforme fato relevante divulgado em 2 de outubro de 2024.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Os empregados da EMAE são contratados via concurso público e faz parte de nossa política promover a igualdade e combater qualquer tipo de discriminação.

b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

A avaliação é feita anualmente e de forma independente, objetiva, qualitativa, individual e coletiva.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

- Exposição dos atos de gestão praticados com relação à licitude e à eficácia da ação administrativa
- Contribuição para o resultado do exercício
- Consecução dos objetivos estabelecidos no Plano de Negócios e no atendimento à Estratégia de Longo Prazo
- Funcionamento do Conselho de Administração
- Conhecimento técnico e da Companhia
- Interação da Diretoria com o Conselho de Administração
- Autoavaliação individual

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Os modelos para identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais atrelados às nossas atividades são realizados com auxílio de estudos ambientais, elaborados por consultorias especializadas, contratadas de acordo com o tipo de intervenção ou atividade a ser executada, com base na legislação ambiental pertinente ou em atendimento específico a solicitação do órgão ambiental competente.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Contamos com uma Política de Transação com Partes Relacionadas visando assegurar que as decisões, especialmente aquelas envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses, sejam tomadas conforme os interesses da Empresa e suas subsidiárias.

No mesmo sentido, o Código de Conduta e Integridade orienta que, qualquer colaborador que tiver conhecimento da existência de conflito de interesse numa transação deve levar ao conhecimento do superior hierárquico ou de seus pares, principalmente quando tal situação for inevitável.

As transações com partes relacionadas da Companhia são apresentadas aos stakeholders quando possuem materialidade financeira. Em nossas publicações sobre o assunto, apresentamos as seguintes informações:

- Partes envolvidas e relação com a EMAE;
- Objeto e os principais termos e condições;
- Se, quando, de que forma e em que medida a contraparte na transação, seus sócios ou administradores participaram no processo;
- Justificativa pormenorizada das razões pelas quais a administração do emissor considera que a transação observou condições comutativas ou prevê pagamento compensatório adequado.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

d. por órgão:

i. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

Diretoria (3 masculino / 1 feminino) / Conselho (15 masculino/ 6 feminino)

ii. número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

Prefere não declarar.

iii. número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que o emissor entenda relevantes

Não se aplica.

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Não há.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Em 2023, mantivemos nosso compromisso com o meio ambiente, planejando e desenvolvendo projetos e práticas sustentáveis, como o gerenciamento responsável de resíduos e a remoção de detritos e vegetação flutuante, bem como a recuperação de áreas degradadas e a conservação da biodiversidade.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	8	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	1	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	1	0	0	0	0
TOTAL = 15	5	10	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	4
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	9
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	0	0	0	0	0	1
Conselho Fiscal - Suplentes	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL = 15	0	0	0	0	0	0	15

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

A empresa terá um Comitê de Auditoria, órgão técnico de auxílio permanente ao Conselho de Administração.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração exerce essa função com o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário, que é um comitê permanente. Entre suas responsabilidades, o Comitê de Auditoria Estatutário tem o papel de garantir a atuação, objetividade e qualidade do trabalho da auditoria independente. A Companhia não contrata a empresa de auditoria independente para realizar serviços extra-auditoria, portanto, não possui política estruturada para tratar dessa questão.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

A Companhia possui um canal de Fale com RI e um canal de Denúncia (<https://www.0800brasil.com.br/app/index.php?c=602b206d80940320b9eeae721936cea>) que está apto a receber questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG, contudo, não existe um canal específico para o recebimento de temas ASG.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Permanente

Nome Alexandre Nogueira Ferreira **CPF:** 028.042.606-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 01/01/1975

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Federal de Viçosa, em 2000, com MBA em Finanças no Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec). Entre os anos de 2000 e 2022 trabalhou no Grupo Energisa, onde chegou ao cargo de Vice-Presidente de Regulação e Estratégia. Em 2022, juntou-se à Light S.A. como Diretor de Regulação e Relacionamento Institucional e, desde 2024, é Diretor-Presidente da empresa. Integra o Conselho Diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) desde 2022 e é membro suplente do Conselho de Administração do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) desde 2023. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Alexandre Nogueira Ferreira declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Critérios de Independência: O Sr. Alexandre Nogueira Ferreira declara também, que atende aos critérios de independência contidos no Artigo 36, §1º do Decreto nº 8.945/2016, qualificando-se, portanto, como Conselheiro Independente. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/11/2024	AGO de 2025	Outros Conselheiros	Conselheiro Independente	05/11/2024	Sim	05/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome André Pepitone de Nóbrega **CPF:** 647.676.801-82 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/01/1974

Experiência Profissional: Engenheiro Civil com vasta experiência na área de regulação de serviços públicos de energia. Ele é graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Brasília (UnB) em 1997 e possui dois cursos de especialização em sua formação, o "Theory and Operation of a Modern National Economy" pela Universidade George Washington (GWU) em 2006 e em Geotecnia pela UnB em 2000. Iniciou sua carreira na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 2006, onde ocupou diversos cargos, incluindo Assessor da Diretoria e Diretor, tendo sido reconduzido em 2014. Em 2018, foi nomeado Diretor-Geral da ANEEL, cargo que ocupou até maio de 2022. Além de sua atuação na ANEEL, também presidiu a Associação Ibero-americana de Entidades Reguladoras de Energia (ARIAE) por quatro anos, entre junho de 2018 e maio de 2022, tendo sido também vice-presidente da associação entre junho de 2015 e junho de 2018. Ele foi ainda Diretor e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação (ABAR) em diferentes momentos, tendo como atribuições promover a autonomia das agências reguladoras, a formação de grupos de entidades representativas para a defesa da regulação e o intercâmbio de experiências e promoção de conhecimento. Em maio de 2022, foi nomeado Diretor Financeiro Executivo da Itaipu Binacional, cargo que atualmente ocupa. Nomeado pelo Decreto de 16 de maio de 2022, ele exerce essa função por um período de cinco anos. Com sua vasta experiência em regulação de serviços públicos de energia, Nóbrega segue desempenhando um papel importante na gestão de grandes organizações do setor elétrico no Brasil. Declaração de eventuais condenações: O Sr. André Pepitone de Nóbrega declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2023	AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2023	Sim	26/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Carlos Vinicius de Sá Roriz **CPF:** 905.633.447-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 26/03/1969

Experiência Profissional: Graduado em Economia pela FEA/UFRJ, com mestrado em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ. Possui vasta experiência em posições executivas, incluindo CEO da Lamsa e Diretor na BRK Ambiental. Atualmente é COO do Grupo Light e integrou o Conselho de Administração da mesma empresa. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Carlos Vinicius de Sá Roriz declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/12/2024	AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		16/12/2024	Sim	16/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome FERNANDO BARBOSA SOUSA **CPF:** 719.790.341-68 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 23/10/1981

Experiência Profissional: Bacharel em Administração e ampla formação acadêmica, incluindo as MBAs em Negócios do Setor Elétrico, Liderança e Gestão em Empresas Estatais, Gestão Governamental e, também, Matemática Financeira para Administradores e Economistas. Mais de 15 anos de experiência no setor elétrico, sendo os últimos 8 anos dedicados ao desenvolvimento de atividades relacionadas a área de estudos econômico-financeiros desenvolvendo atividades referentes a avaliação/precificação de ativos: desenvolvimento de modelos econômico-financeiros; representação junto a Agência Reguladora e Associações do Setor como ABRATE e ABRAGE, atuação como representante do acionista em Conselhos Fiscais e Comitês Financeiros, elaboração de relatórios e apresentações com objetivo de suportar a alta administração quanto a tomada de decisão. Experiência na área de Planejamento estratégico, controladoria e prospecção de novos negócios. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Fernando Barbosa Sousa declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	08/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		02/05/2024	Não	08/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome GENÉSIO BETIOL JÚNIOR **CPF:** 090.801.248-93 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 14/07/1967

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Santa Cecília, com Mestrado em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo, além de especializações em administração de empresas e MBAs em investimentos financeiros e em gestão empresarial. Possui 39 anos de experiência no setor elétrico brasileiro, com passagens pela antiga CESP e pela Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. Atualmente exerce a função de assessor da Presidência da EMAE nos últimos 5 anos. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Genésio Betiol Júnior declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/10/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor de Geração	04/10/2024	Sim	04/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Gustavo Nasser Moreira **CPF:** 009.824.426-45 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 21/03/1975

Experiência Profissional: Graduado em Administração pela UFJF, com MBA Executivo em Finanças pelo IBMEC-RJ e especializações em UC Berkeley, Insper e Harvard Business School. Possui mais de 26 anos de experiência em liderança de áreas como FP&A, M&A e planejamento estratégico, tendo atuado como Diretor Corporativo na Energisa e em posições estratégicas na Light, Mercedes-Benz e Coca-Cola. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Gustavo Nasser Moreira declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/12/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor	16/12/2024	Sim	16/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome JOÃO PAULO JABOUR BRUNET **CPF:** 096.144.557-21 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 15/05/1982

Experiência Profissional: Economista, com graduação pelo IBMEC-RJ e mestrado pela EPGE-FGV. Possui sólida experiência no setor financeiro e de governança, tendo atuado como Administrador Executivo no Banco BNI Europa, Diretor na Pharol SGPS S.A. e membro de conselhos de administração de empresas como TIM Brasil e GPC Química. Declaração de eventuais condenações: O Sr. João Paulo Jabour Brunet declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/12/2024	AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		16/12/2024	Sim	16/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Karla Maciel Dolabella **CPF:** 009.399.760-48 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista e Contadora **Data de Nascimento:** 11/04/1984

Experiência Profissional: Formada em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio Grande em 2008, possui MBA em Finanças pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – Insper em 2015. Conta com sólida experiência proveniente de mais de 15 anos de atuação na área financeira, tendo ocupado o cargo de Diretora Financeira da Opty – Hospitais Oftalmológicos e Diretora Financeira e Diretora Presidente interina da Alliar Médicos à Frente, empresa listada no segmento do Novo Mercado da B3. Exerceu também a função de Controller da Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de auditora na E&Y, em sua última experiência atuou como Managing Director IB. A Sra. Karla Maciel Dolabella declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/10/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretora-Presidente	04/10/2024	Sim	04/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Leonardo José Mattos Sultani **CPF:** 077.765.857-77 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 04/10/1976

Experiência Profissional: Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e possui especialização em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em Regulação do Mercado de Capitais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC). É mestre em Gestão de Empresas pela INDEG Business School, em Portugal, e cursos de extensão na Ohio University, Northwestern University (The Kellogg School of Management) e University of Pennsylvania (The Wharton School). Atuou no Ministério da Economia e foi membro dos Grupos de Trabalho de Transição do Governo Federal nos períodos 2010/2011 e 2014/2015. Foi presidente da Comissão de Ética da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entre 2010 e 2016, bem como superintendente administrativo-financeiro e de planejamento e inovação na CVM entre 2004 e 2018. Foi coordenador do Centro de Estudos em Mercado de Capitais na CVM e professor da Escola de Gestão e Políticas Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EGPP). Ocupou cargos de secretário nacional de gestão e desempenho de pessoal no Ministério da Economia e de secretário especial de desburocratização, gestão e governo digital. Atualmente é o secretário executivo da Secretaria de Gestão e Governo Digital do Estado de São Paulo. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Leonardo José Mattos Sultani declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2023	AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		26/04/2023	Sim	26/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome LEONARDO SOARES WALTER **CPF:** 086.113.027-88 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 21/02/1980

Experiência Profissional: Executivo sênior brasileiro com mais de 24 anos de experiência no setor de energia, especializado em M&A, regulação, estratégias financeiras e comerciais. Atualmente, é Diretor de M&A e Desenvolvimento de Negócios na Eletrobras. Já atuou como Head de Desenvolvimento de Negócios na Enel Green Power Latam e Brasil, liderando equipes e gerenciando investimentos significativos em energias renováveis. Possui MBA em Desenvolvimento de Negócios pela FGV e formação em Engenharia de Produção e Elétrica pela PUC-RJ. Sua carreira inclui passagens pela Neoenergia/Iberdrola e Endesa, com destaque para a liderança de projetos importantes. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Leonardo Soares Walter declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem penas aplicadas, bem como qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	17/07/2024	AGO de 2025	Outros Conselheiros	Conselheiro de Administração Preferencialista		Não	17/07/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Milton Araujo Neto **CPF:** 157.485.208-69 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 10/05/1976

Experiência Profissional: Bacharel em Engenharia de Produção pela Universidade Nove de Julho em 2019, com pós graduação em Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos em 2022, Engenharia de Controle da Poluição em 2021, Energias Renováveis em 2020 e pós graduando em Gerenciamento de Obras e Tecnologia da Construção em 2023. Também com cursos de extensão para pós graduação em Gestão de Projetos no Setor Público, Auditoria Pública, Licitação, Contratos e Convênios e Gestão de Contratos Públicos em 2022. Curso On Line para Conselho de Administração pelo Portal de Cursos EAD, em 2023. Atuou como líder de equipe mecânica de 2008 a 2018 nas PCHs de Porto Góes, Rasgão e Edgard de Souza, sempre nas Usinas Hidrelétricas e nas Barragens do Complexo Tietê e usinas Elevatórias de Traição (hoje Usina São Paulo) e Pedreira. Atualmente trabalha na área de manutenção mecânica. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Milton Araujo Neto declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	14/04/2023	AGO de 2025	Outros Conselheiros	Conselheiro de Administração representantes dos empregados	26/04/2023	Não	26/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure **CPF:** 041.747.715-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 21/11/1951

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia em 1974, estudou por 2 anos no Institut des Hautes Etudes de Développement Economique et Social, em Paris (1975-1976). Desde 2015, é alumnus da Harvard Business School, onde cursou o Owner/President Management Program (OPM), além de ter participado de diversos cursos de extensão sobre História e Filosofia na Columbia University, em Nova York. Atua como investidor com participação nos mais diversos setores, reconhecido no mercado empresarial como um bem-sucedido reestruturador e desenvolvedor de negócios. Possui experiência em múltiplas áreas de negócio, tais como: geração de energia, bens de capital, serviços industriais, petróleo e gás, setor financeiro, imprensa, telecomunicações e setor imobiliário. Dentre as várias companhias que participa como investidor, pode-se destacar: Copel Telecom S.A., Gafisa S.A., PetroRio S.A., TIM Brasil e Docas Investimentos S.A. Participa e já participou como membro dos Conselhos de Administração da Copel Telecom S.A, Gafisa S.A, e da Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração da Aliança Saúde e Participações S.A. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/11/2024	AGO de 2025	Presidente do Conselho de Administração		05/11/2024	Sim	05/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome OSIEL EDUARDO DA SILVA **CPF:** 006.617.557-70 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 19/04/1973

Experiência Profissional: Formado em Controladoria e Informação Gerencial, pós graduado em Administração Estratégica, ambos pela Universidade Estácio de Sá. Possui mais de 35 anos de experiência nas áreas de finanças, tecnologia, controladoria e administração de empresas, com destaque para os setores bancário, da construção civil e de consultorias. Tem experiência de mais de 20 anos na atuação como diretor financeiro de companhias abertas nos setores de telecomunicações, imobiliários, de serviços industriais navais, óleo e gás, mídia, saúde e geração de energia. O Sr. Osiel Eduardo da Silva declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/10/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	04/10/2024	Sim	04/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Pedro de Moraes Borba **CPF:** 021.815.777-06 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogado **Data de Nascimento:** 06/09/1972

Experiência Profissional: Formado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1998, com pós-graduação em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas, em 2001. Possui 30 anos de experiência profissional como advogado em empresas do setor privado, com foco, entre outras atividades, em operações de M&A, recuperação judicial e turnaround, project finance, private equity, contratos, operações imobiliárias, diligências legais, consultoria em estratégias de negócios, desenvolvimento de projetos e gestão de contencioso judicial e arbitragem. Com ampla experiência nas indústrias de óleo e gás, construção naval, energia e varejo, foi membro do Conselho de Administração de grandes empresas listadas no Novo Mercado da B3 desde 2013, como CCV Carvão da Colômbia S.A., Dommo Energia S.A. e Óleo e Gás Participações S.A., além de Diretor-Presidente da OSX Brasil S.A. e MMX Mineração e Metálicos S.A. Atualmente, exerce o cargo de Diretor Executivo da Docas Investimentos Ltda. e é Conselheiro da Light S.A. e Aliança Saúde e Participações S.A., ambas parte do segmento especial do Novo Mercado. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Pedro de Moraes Borba declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	05/11/2024	AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		05/11/2024	Sim	05/11/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome Rodrigo Tostes Solon de Pontes **CPF:** 070.634.807-90 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador de Empresa **Data de Nascimento:** 15/04/1976

Experiência Profissional: Formado em Direito pela Universidade Cândido Mendes em 1998, com especialização na Stanford Graduate School of Business em 2018. Possui mais de 20 anos de experiência e grande capacidade de execução em projetos de turnaround. Atuou em posições C-Level para grandes empresas em diversos segmentos. Atuou como Diretor Financeiro da Descomplica Edtech, além de experiências como Diretor Presidente da CCR VLT Rio de Janeiro, Diretor Financeiro e de Operações do Comitê Olímpico Rio 2016 e Diretor Financeiro e Diretor Presidente na Thyssenkrupp, entre outras. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Rodrigo Tostes Solon de Pontes declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/12/2024	AGO de 2025	Vice Presidente Cons. de Administração		16/12/2024	Sim	16/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome SIMONE DA SILVA CERUTTI DE AZEVEDO **CPF:** 094.894.347-52 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contadora **Data de Nascimento:** 17/09/1982

Experiência Profissional: Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Federal Fluminense (UFF), cursou também o módulo intensivo de Design Thinking Innovation pela ESADE BUSINESS SCHOOL, o MBA em Controladoria e Finanças pela Universidade Cândido Mendes e o curso de extensão em IFRS pela FIPECABI. Executiva com mais de 20 anos de experiência profissional na área Contábil, atuando em empresas de grande e médio porte, destacando-se nos segmentos de Energia Elétrica (distribuição, geração, transmissão e comercialização) e Energia Fóssil. Atua a mais de 9 anos como gerente de contabilidade liderando uma equipe de aproximadamente 20 pessoas e reportando diretamente ao CFO. Declaração de eventuais condenações: A Sra. Simone Cerutti de Azevedo declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras)

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	08/04/2024	1 ano	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas		02/05/2024	Não	08/04/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome THIAGO CAMARGOS CODO **CPF:** 014.934.986-65 **Passaporte:** FZ0828892 **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administração e Ciências Contábeis **Data de Nascimento:** 09/03/1983

Experiência Profissional: Graduado em Administração e Ciências Contábeis pela FUMEC, com MBA Executivo em Gestão de Projetos pelo IBMEC-RJ e especialização em Finanças pelo COPPEAD/UFRJ. Atua em posições estratégicas e executivas de finanças, com experiência em grandes corporações como GNA – Gás Natural Açú e Prumo Logística. O Sr. Thiago Camargos Codo declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	16/12/2024	AGO de 2025	Conselho de Administração (Efetivo)		16/12/2024	Sim	16/12/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

Nome VALÉRIA SILVA CAMPOS **CPF:** 282.321.318-02 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Advogada **Data de Nascimento:** 09/07/1979

Experiência Profissional: Formada em direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas, com pós graduações em Direito Constitucional Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e em Direito Empresarial Aplicado, pelas Faculdades Metropolitanas Unidas. Possui 20 anos de experiência na área jurídica, 14 anos na EMAE, sendo a atual gerente do departamento jurídico da Companhia. A Sra. Valéria Silva Campos declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/10/2024	2 anos	Outros Diretores	Diretora Administrativa	04/10/2024	Sim	04/10/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	N/A

7.4 Composição dos comitês

Nome: Benedito Alfredo Baddini Blanc **CPF:** 964.173.908-53 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 23/12/1954

Experiência Profissional:

Experiência Profissional: Graduado em Contabilidade pela Pontifca Universidade Católica de Campinas com MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Membro do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC e certificado por esse Instituto como Conselheiro Fiscal. Atuou como auditor e consultor de empresas de auditoria internacionais, tendo sido sócio de auditoria da EY, Diretor Financeiro de empresa multinacional e Superintendente de empresa de varejo. Atualmente, é consultor em finanças, governança corporativa e membro de conselho fiscal. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Benedito Alfredo Baddini Blanc declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Critérios de Independência: O executivo declara também, que atende aos critérios de independência contidos no Artigo 36, §1º do Decreto nº 8.945/2016, qualificando-se, portanto, como Conselheiro Independente. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	17/10/2018	Indeterminado			12/09/2018	Não	17/10/2018

Nome: Gabriel Monegatti Mattei **CPF:** 312.739.608-23 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Advogado **Data de Nascimento:** 09/11/1983

Experiência Profissional:

Experiência Profissional: Advogado, Bacharel em Direito pela Fundação Armando Álvares Penteado com pós-graduação em Direito Tributário Empresarial pela mesma Fundação. Atualmente é advogado sócio do escritório Mattei amp; Quartieri Sociedade de Advogados. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Gabriel Monegatti Mattei declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Critérios de Independência: O executivo declara também, que atende aos critérios de independência contidos no Artigo 36, §1º do Decreto nº 8.945/2016, qualificando-se, portanto, como Conselheiro Independente. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	16/10/2019	Indeterminado			16/10/2019	Não	16/10/2019

Nome: Otávio Ramos dos Santos **CPF:** 783.578.537-49 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Contador **Data de Nascimento:** 02/10/1964

Experiência Profissional:

Experiência Profissional: Contador, Bacharel em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UNIDF, com especialização em Contabilidade, gestão Financeira e Tributária pela PUC-RS e, cursos adicionais nas Áreas de Desenvolvimento Humano e Negócios Internacionais. Atuou como Assessor Técnico na Diretoria Executiva da Companhia Docas do Maranhão. Atualmente é Gerente Técnico e de Controles Internos na Comissão Mista Argentino-Brasileira/Delegação de Controle – COMAB/DELCON. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Otávio Ramos dos Santos declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	26/04/2023	Indeterminado			12/04/2023	Não	26/04/2023

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: Paulo Ferreira **CPF:** 068.278.888-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 20/04/1940

Experiência Profissional:

Experiência Profissional: Graduado em engenharia civil pelo Mackenzie, com mestrado em engenharia hidráulica e doutorado em ciências pela USP. Atuou como: Diretor Administrativo Financeiro da Telebrás, Secretário Nacional de Saneamento Ambiental no Ministério das Cidades; Membro do Conselho Curador e do Comitê de Investimento do Fundo de Investimento FGTS; membro titular do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, representando a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental; membro suplente do Comitê de Saneamento do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades. Experiência de 39 anos na SABESP em diversos cargos. Atuou também em empresas como a CETESB e na Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Atuou como Conselheiro em empresas como: CREA, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Instituto de Engenharia de São Paulo, Instituto Samuel Murgel Branco e Associação dos Bolsistas do Japão – ABJICA. É professor Adjunto de Saneamento Básico na Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie. Declaração de eventuais condenações: O Sr. Paulo Ferreira declara, para todos os fins de direito, que nos últimos 5 anos, não teve qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e nem penas aplicadas bem como, qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Declarou ainda não ser pessoa exposta politicamente, de acordo com o estabelecido na regulamentação (Resolução 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – Coaf).

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Outros	26/04/2023	Indeterminado		Coordenador do Comitê de Auditoria	14/04/2023	Sim	26/04/2023

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois não existe relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre administradores da Companhia, controladas e controladores.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Com a conclusão do processo de privatização e a consequente transferência de controle para investidores privados, a Companhia não possui mais vínculos de subordinação com qualquer entidade governamental.

7.7 Acordos/seguros de administradores

O Estatuto Social estabelece em seu **Artigo 10 Parágrafo Quarto** que a companhia assegurará aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria cujo mandato tenha iniciado antes de 03 de outubro de 2024, o direito à defesa técnica em processos judiciais ou administrativos, conforme as hipóteses e o procedimento previsto no artigo 45 do Estatuto Social anterior da Companhia, seguindo as diretrizes e limitações previstas na Política de Indenidade da Companhia e normas e orientações da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Empresa contratou Seguro de Responsabilidade Civil D&O visando a cobertura securitária das reclamações de terceiros, com limite máximo de cobertura de Responsabilidade Civil do administrador de R\$ 70.000.000,00 e com vigência até 05 de dezembro de 2024.

7.8 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há informações adicionais a serem reportadas.

8.1 Política ou prática de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Prática de Remuneração dos Administradores busca proporcionar condições de atrair, reter e motivar os executivos responsáveis pela implementação das estratégias de negócios da Companhia, bem como manter níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelo mercado em que atuamos.

A Assembleia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada, conforme estabelece o parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia.

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, competência, reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado, com a utilização de paradigmas de gestão privada e de governança corporativa. Por outro lado, na fixação da remuneração dos diretores, são observadas as limitações legais. Excetua-se deste teto a remuneração daquele Diretor que pertença ao quadro de empregados da EMAE, o qual poderá optar pela remuneração do Plano de Cargos e Salários da Empresa.

Estabelecida a remuneração dos diretores, conforme política e prática acima descritas, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais sobre a remuneração desses diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal.

Os diretores têm sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (equivalente ao 13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios. O diretor que pertença ao quadro de empregados da Companhia pode optar por manter os vencimentos previstos na estrutura salarial da Empresa, sendo sua remuneração composta de salário, gratificação de função, gratificação de férias prevista em Acordo Coletivo, gratificação de Natal (13º salário) e participação nos lucros e resultados (PLR).

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e gratificação anual. Nos termos do Artigo 17, inciso XX do Estatuto Social da EMAE, a remuneração dos membros dos Comitês será definida pelo Conselho de Administração da Companhia.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Na presente data, não existem na Companhia comitês específicos que participem ou tenham como função definir a remuneração individual dos Administradores.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Na presente data, a companhia adota critérios e metodologias específicas para a fixação da remuneração individual, que incluem, entre outros elementos, a verificação das práticas de mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia a adequação da prática de remuneração conforme as necessidades e os contextos específicos identificados pela administração da Companhia.

c. Composição da remuneração

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- Remuneração fixa: honorários mensais aplicáveis aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho).

- Bônus: aplicáveis aos diretores

O objetivo é remunerar os diretores pelo resultado e distribuição de dividendos aos acionistas, ainda que sob a forma de juros sobre capital próprio. A distribuição de bônus é limitada a 6 (seis) vezes o valor da remuneração mensal e a 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre capital próprio pagos pela Empresa, prevalecendo o que for menor.

- Participação nos Lucros e Resultados (PLR): aplicáveis somente ao empregado que ocupe função de Diretor quando este fizer opção pelos vencimentos da estrutura salarial da Empresa.

A PLR é estruturada em um conjunto de metas a serem atingidas pelos empregados durante o ano. Os valores relacionados a esse programa são distribuídos após apuradas as metas e submetidas à aprovação final do Conselho de Administração.

- Gratificação anual: aplicável aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria.

Trata-se do pagamento de uma gratificação equivalente a um honorário mensal, calculado “pro rata temporis”, no mês de dezembro de cada ano, com o objetivo de estabelecer similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista, uma vez que o vínculo mantido com os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Executiva é de natureza estatutária. No caso de diretor não estatutário, optante pela estrutura salarial da Empresa, há o pagamento do décimo terceiro salário na mesma época dos demais empregados.

- Benefícios: aplicáveis somente à Diretoria Executiva.

Sendo concedido aos diretores vale refeição, assistência médica hospitalar e odontológica e descanso anual de 30 dias corridos (com característica de licença remunerada), com pagamento de adicional correspondente a um terço dos honorários mensais. O diretor que pertença ao quadro de empregado pode optar pelos benefícios previstos no Acordo Coletivo de Trabalho.

8.1 Política ou prática de remuneração

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício de 2023	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração fixa/Grat. Anual	100%	100%	70,5%
Bônus (*)	N/A	N/A	26,5%
Participação no resultados (*)	N/A	N/A	N/A
Benefícios	N/A	N/A	2,9%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício de 2022	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração fixa/Grat. Anual	100%	100%	70,5%
Bônus (*)	N/A	N/A	26,5%
Participação no resultados (*)	N/A	N/A	N/A
Benefícios	N/A	N/A	2,9%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício de 2021	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Executiva
Remuneração fixa/Grat. Anual	100%	100%	63,2%
Bônus (*)	N/A	N/A	30,1%
Participação no resultados (*)	N/A	N/A	N/A
Benefícios	N/A	N/A	6,7%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

A metodologia de cálculo e de reajuste segue os critérios definidos pela administração para cada exercício, e a proposta de remuneração global dos administradores e do conselho fiscal é submetida à aprovação da assembleia.

- Principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os principais indicadores de desempenho considerados refletem objetivos estratégicos da companhia, podendo incluir, conforme aplicável, aspectos ligados a questões ASG.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A adoção é justificada pela valorização profissional dos diretores, que se traduz no fortalecimento da governança corporativa da empresa, incentivando o bom desempenho pessoal e valorizando suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Empresa e entender o mercado em que ela se insere. Com o avanço do conceito de governança corporativa, é exigida participação ativa e propositiva em relação aos negócios sociais.

8.1 Política ou prática de remuneração

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

Não existem membros nesta condição.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existe remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a Companhia, tais como alienação do controle societário, e/ou efetivação de parcerias estratégicas.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
Nº de membros remunerados	11,00	4,00	5,00	20,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.393.861,49	1.711.266,43	395.455,88	3.500.583,80
Benefícios direto e indireto	0,00	177.219,60	0,00	177.219,60
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	278.772,30	479.154,60	79.091,18	837.018,08
Descrição de outras remunerações fixas	INSS empregador	INSS/FGTS empregador	INSS empregador	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.010.963,56	0,00	1.010.963,56
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	-	INSS/FGTS empregador.	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
Total da remuneração	1.672.633,79	3.378.604,19	474.547,06	5.525.785,04

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
Nº de membros remunerados	11,00	4,00	5,00	20,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.049.504,17	1.170.096,52	285.210,90	2.504.811,59
Benefícios direto e indireto	0,00	181.620,04	0,00	181.620,04
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	209.900,83	327.627,03	57.042,18	594.570,04
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS / FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	673.975,60	0,00	673.975,60
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS / FGTS EMPREGADOR		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. 2. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
Total da remuneração	1.259.405,00	2.353.319,19	342.253,08	3.954.977,27

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
Nº de membros remunerados	11,00	4,00	5,00	20,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.049.504,17	1.167.902,59	285.210,90	2.502.617,66
Benefícios direto e indireto	0,00	62.437,80	0,00	62.437,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	209.900,83	327.012,73	57.042,18	593.955,74
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	561.646,35	0,00	561.646,35
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular Anual 2024 CVM/SEP. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
Total da remuneração	1.259.405,00	2.118.999,47	342.253,08	3.720.657,55

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
N° de membros remunerados	11,00	4,00	5,00	20,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	1010963,56	0,00	1.010.963,56
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
N° de membros remunerados	11,00	4,00	5,00	20,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	688016,78	0,00	688.016,78
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	11,00	4,00	5,00	20,00
N° de membros remunerados	11,00	4,00	5,00	20,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	688016,78	0,00	688.016,78
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica, pois não há remuneração baseada em ações.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica, pois não há remuneração baseada em ações.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

Não se aplica.

8.7 Opções em aberto

Não se aplica, pois não há remuneração baseada em ações.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Não se aplica, pois não há remuneração baseada em ações.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

Não se aplica.

8.10 Outorga de ações

Não se aplica.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica.

8.12 Precificação das ações/opções

Não se aplica, pois não há remuneração baseada em ações.

8.13 Participações detidas por órgão**Posição em 31/12/2023**

GRUPO	AÇÕES		% SOBRE O TOTAL		
	ON	PN	ON	PN	TOTAL
Conselho de Administração	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Diretoria	0	0	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0	0	0,00%	0,00%	0,00%

8.14 Planos de previdência

Não se aplica, pois a Companhia não oferece plano de previdência para os diretores ou membros dos conselhos, exceto para o diretor que pertença ao quadro de empregados.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	4,00	4,00	4,00	11,00	11,00	11,00	5,00	5,00	5,00
Nº de membros remunerados	4,00	4,00	4,00	11,00	11,00	11,00	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneraçãoReal	427.816,61	365.070,12	365.070,12	126.714,68	102.675,92	102.675,92	79.091,18	68.450,62	68.450,62
Valor da menor remuneraçãoReal	427.816,61	365.070,12	365.070,12	126.714,68	102.675,92	102.675,92	79.091,18	68.450,62	68.450,62
Valor médio da remuneraçãoReal	427.816,61	365.070,12	365.070,12	126.714,68	102.675,92	102.675,92	79.091,18	68.450,62	68.450,62

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2021	Os valores se equivalem, pois os membros da Diretoria Estatutária tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.	

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho Fiscal	
	Observação	Esclarecimento

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

Não há mecanismos de remuneração ou indenização. Após cessação do exercício dos cargos de Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

	Exercício encerrado em		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Conselho de Administração	68,00%	68,00%	68,00%
Diretoria Executiva	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	80,00%	80,00%	80,00%

8.18 Remuneração - Outras funções

Não existe remuneração ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não há remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

8.20 Outras informações relevantes

Não se aplica.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	006866		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
AUGE CONTADORES S/S	Juridica	01.489.065/0001-05	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
10/05/2019	10/05/2019		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Contábeis da EMAE e Pirapora e das Demonstrações Regulatórias da EMAE. Revisão das Informações Trimestrais - ITR da EMAE Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial da EMAE e Pirapora.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Demonstrações Financeiras - EMAE 31/12/2019: R\$ 44.000,00; Demonstrações Contábeis Regulatórias - EMAE 31/12/2019: R\$ 12.800,00; Demonstrações Financeiras - PIRAPORA 31/12/2019: R\$ 16.000,00; Demonstrações Contábeis Regulatórias - PIRAPORA 31/12/2019: R\$ 6.400,00; Informações Trimestrais - ITR da EMAE 31/03/2019: R\$ 12.800,00; Informações Trimestrais - ITR da EMAE 30/06/2019: R\$ 12.800,00; Informações Trimestrais - ITR da EMAE 30/09/2019: R\$ 12.800,00; Relatório de Controle Patrimonial - RCP da EMAE - 2019: R\$ 6.400,00; Relatório de Controle Patrimonial - RCP da PIRAPORA - 2019: R\$ 6.400,00; e Despesas reembolsáveis comprovadas (viagens nacionais, estadia, alimentação): R\$ 52.000,00. Total 2019: R\$ 143.400,00			
Justificativa da substituição			
Rodízio observando a Instrução da Comissão de Valores Imobiliários - CVM nº 308/99.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve.			

Código CVM do Auditor	011592		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES S/S	Juridica	13.098.174/0001-80	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
12/06/2020	12/06/2020		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Contábeis da EMAE e Pirapora e das Demonstrações Regulatórias da EMAE. Revisão das Informações Trimestrais - ITR da EMAE Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial da EMAE e Pirapora.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			

Descrição: Demonstrações contábeis societárias – EMAE 31/12/2023: R\$ 43.175,00; Demonstrações contábeis regulatórias – EMAE 31/12/2023: R\$ 12.560,00; Demonstrações contábeis societárias – PIRAPORA 31/12/2023: R\$ 15.700,00; Demonstrações contábeis regulatórias – PIRAPORA 31/12/2023: R\$ 6.280,00; Informações Trimestrais – ITR da EMAE 31/03/2023: R\$ 12.560,00; Informações Trimestrais – ITR da EMAE 30/06/2023: R\$ 12.560,00; Informações Trimestrais – ITR da EMAE 30/09/2023: R\$ 12.560,00; Relatório de Controle Patrimonial – RCP da EMAE - 2023: R\$ 6.280,00; Relatório de Controle Patrimonial – RCP da Pirapora - 2023: R\$ 6.280,00; Despesas reembolsáveis comprovadas (viagens nacionais, estadia, alimentação): R\$ 15.933,33. Total 2023: R\$ 143.888,33.

Justificativa da substituição

Cancelamento de registro do prestador anterior junto à CVM.

Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa

Não houve.

Código CVM do Auditor	010324		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada	Juridica	54.276.936/0001-79	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
10/02/2025	10/02/2025		
Descrição dos serviços prestados			
Auditoria das Demonstrações Contábeis da EMAE e Pirapora e das Demonstrações Regulatórias da EMAE. Revisão das Informações Trimestrais - ITR da EMAE Auditoria do Relatório de Controle Patrimonial da EMAE e Pirapora.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
Descrição: Demonstrações contábeis societárias – EMAE 31/12/2023: R\$ 43.175,00; Demonstrações contábeis regulatórias – EMAE 31/12/2023: R\$ 12.560,00; Demonstrações contábeis societárias – PIRAPORA 31/12/2023: R\$ 15.700,00; Demonstrações contábeis regulatórias – PIRAPORA 31/12/2023: R\$ 6.280,00; Informações Trimestrais – ITR da EMAE 31/03/2023: R\$ 12.560,00; Informações Trimestrais – ITR da EMAE 30/06/2023: R\$ 12.560,00; Informações Trimestrais – ITR da EMAE 30/09/2023: R\$ 12.560,00; Relatório de Controle Patrimonial – RCP da EMAE - 2023: R\$ 6.280,00; Relatório de Controle Patrimonial – RCP da Pirapora - 2023: R\$ 6.280,00; Despesas reembolsáveis comprovadas (viagens nacionais, estadia, alimentação): R\$ 15.933,33. Total 2023: R\$ 143.888,33.			
Justificativa da substituição			
A substituição decorreu da decisão da Companhia de promover o rodízio dos auditores independentes e recebeu a anuência da firma Russell Bedford Auditores Independentes S/S, que prestou serviços à Companhia desde junho de 2020.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não houve.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

Independência e conflito de interesses dos auditores

De acordo com o Regimento Interno do Comitê de Auditoria da Companhia, caberá a esse Comitê, dentre outras atribuições: (i) convocar o auditor independente e a auditoria interna, bem como solicitar reuniões com a diretoria e o Conselho Fiscal, além de outras áreas de empresa; (ii) reportar os trabalhos desenvolvidos no período, e comunicar os fatos relevantes observados; (iii) encaminhar, mensalmente, ao Presidente do Conselho de Administração resumo das suas atividades; (iv) enviar ao Conselho de Administração para deliberação, seu plano de trabalho e eventuais alterações, incluindo a programação de suas atividades ao longo do exercício, e (v) elaborar, anualmente, relatórios sobre suas atividades, onde deverá constar os resultados, as conclusões e as recomendações feitas, incluindo a avaliação formal das funções das auditorias interna e independente.

Anualmente, o Comitê faz autoavaliação e reporta o resultado ao Conselho de Administração, bem como o relato de qualquer divergência significativa entre a administração, os auditores independentes e o Comitê, referente às demonstrações financeiras.

9.4 Outras informações relevantes

O processo de contratação de auditores é realizado por meio de procedimento licitatório. Não houve contratação de qualquer outro serviço dos auditores independentes além da auditoria sobre as demonstrações contábeis e informações trimestrais.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	13	46	0	0	0
Não-liderança	25	292	0	0	0
TOTAL = 376	38	338	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	52	1	6	0	0	0
Não-liderança	5	215	17	79	1	0	0
TOTAL = 376	5	267	18	85	1	0	0

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	15	44
Não-liderança	29	142	146
TOTAL = 376	29	157	190

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	59	0	0
Não-liderança	0	0	0	317	0	0
TOTAL = 376	0	0	0	376	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0
Sudeste	38	338	0	0	0
Sul	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 376	38	338	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefero não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	0	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	0
Sudeste	5	267	18	85	1	0	0
Sul	0	0	0	0	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 376	5	267	18	85	1	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	0	0
Centro-Oeste	0	0	0
Sudeste	29	157	190
Sul	0	0	0
Exterior	0	0	0
TOTAL = 376	29	157	190

10.1 Descrição dos recursos humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

	Em 31 de dezembro		
	2023	2022	2021
Nº total de empregados	376	426	430
Nº por categoria de atividade			
Operacional	172	199	272
Administrativo	204	227	158
Nº por localização geográfica			
Sede (inclusive região metropolitana)	261	288	293
Demais municípios	115	138	137

As informações apresentadas no quadro acima abrangem a Controlada Pirapora Energia S.A.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Realizamos a contratação de empresas para a prestação de serviços gerais, segurança patrimonial e de apoio às diversas áreas da EMAE. Essas empresas contratadas disponibilizam mão de obra terceirizada (colaboradores indiretos) durante a vigência de seus contratos, e no período havia um total de 163 pessoas alocadas, dos 5 maiores contratos da companhia. Destaca-se que o processo de contratação é conduzido por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, promovendo transparência e conformidade com os regulamentos pertinentes.

c. índice de rotatividade.

Rotatividade	
Ano	Percentual
2023	16,46
2022	6,1
2021	5,4

Metodologia: $N.^{\circ} \text{ Desligamentos} / ((N.^{\circ} \text{ Efetivo Anterior} + N.^{\circ} \text{ Efetivo Atual}) / 2) * 100$

10.2 Alterações relevantes

Durante o exercício 2023 não houve alteração relevante relacionada aos recursos humanos da Companhia.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
625.270,43	190.138,60	3,29
Esclarecimento		

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

a. política de salários e remuneração variável

A EMAE possui um Plano de Cargos e Salários, com critérios de ascensão específicos para cada cargo e salários definidos conforme estrutura herdada do processo de cisão da Eletropaulo e avalizado pelo Conselho de Defesa dos Capitais do Estado.

A EMAE aplica o Programa de Remuneração por Resultados de acordo conforme Decreto Estadual nº 59.598/2013. As metas são estabelecidas para cumprimento no período de janeiro a dezembro, com o valor de distribuição de até uma folha nominal de salários, se atingida a meta em 100% dos indicadores.

b. política de benefícios

A política de benefícios mantida pela EMAE concede os seguintes benefícios aos seus empregados:

- Suplementação de aposentadoria de, no máximo, 70% do salário do empregado por ocasião da aposentadoria;
- Assistência médica e hospitalar aos empregados e seus dependentes;
- Vale-cesta básica;
- Vale refeição;
- Auxílio creche para as empregadas com filhos de até 7 anos incompletos; e
- Auxílio creche para filhos de empregados (as), portadores de necessidades especiais.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- grupos de beneficiários**
- condições para exercício**
- preços de exercício**
- prazos de exercício**
- quantidade de ações comprometidas pelo plano**

Não aplicável para esta alínea, pois a empresa não possui plano de remuneração baseado em ações.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Todos os empregados são alcançados por acordos coletivos firmados com os seguintes sindicatos:

- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo – STIEESP;
- Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo – SEESP

Os acordos são negociados anualmente entre a EMAE e os Sindicatos STIEESP e SEESP e estabelecem a remuneração dos empregados, bem como, os demais benefícios. O acordo coletivo atual tem prazo de vigência de 1º de junho de 2023 a 31 de maio de 2024.

Na cláusula de gerenciamento de pessoal do acordo coletivo, a EMAE manteve compromisso de não promover dispensas sem justa causa superiores a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do quadro de pessoal efetivo existente em 31/05/2022 excetuando-se desse percentual as demissões voluntárias, falecimentos, dispensas por justa causa e todos os empregados que já atingiram as suplementações integrais do Fundo de Pensão.

Não houve greves nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021. Nos termos da legislação brasileira, os empregados não administrativos são considerados “empregados essenciais” com direitos limitados de greve.

A administração da EMAE entende ter boa relação com seus empregados e sindicatos.

10.5 Outras informações relevantes

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Em julho de 2023, o emissor aprovou junto ao controlador e aos sindicatos de representação um programa de desligamento incentivado aos empregados onde tivemos a adesão de 144 empregados, com previsão de desligamento até agosto/2024.

11.1 Regras, políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A EMAE possui uma Política de Transações com Partes Relacionadas (“TPR”) que é revisada anualmente pelo Conselho de Administração, conforme previsto no inciso XIII Artigo 17 do Estatuto Social. O documento está disponível em www.emae.com.br, na qual são estabelecidas as orientações gerais para a condução de transações com partes relacionadas, de forma a assegurar os interesses da Companhia, e, ao mesmo tempo, garantir a transparência nos processos e o alinhamento às melhores práticas de Governança Corporativas.

A Política de TPR foi baseada na Lei 6.404/76, Lei das Sociedades por Ações, nas normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), que dispõem sobre o assunto, no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 05 (R1), observando as melhores práticas de Governança Corporativa.

Os princípios da Política de Transações com Partes Relacionadas são:

Os princípios da Política de Transações com Partes Relacionadas da EMAE, listados abaixo, têm como alicerce requisitos da Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Código de Conduta e Integridade da EMAE e deverão ser observados para que quaisquer transações com partes relacionadas sejam classificadas como em condições de mercado.

- (i) Comutatividade: As negociações devem ocorrer em condições equivalentes entre as partes, de forma a refletir condições não menos ou mais favoráveis do que aquelas que seriam realizadas com terceiros que não as partes relacionadas, sob as mesmas circunstâncias ou em cenários similares, garantindo-se uma relação proveitosa para todos os envolvidos;
- (ii) Impessoalidade, Imparcialidade e Independência: Deve-se observar a equivalência de compromissos e obrigações entre as partes envolvidas, sem que seja configurado o favorecimento a qualquer delas ou a terceiro a elas relacionado, devendo ser exercido o julgamento isento e transparente alinhado ao melhor interesse da EMAE;
- (iii) Publicidade: Disponibilização e divulgação tempestiva ao mercado das transações envolvendo partes relacionadas, nos casos aplicáveis, observada a confidencialidade das informações quando assim o for exigido, bem como a obrigação de fazer constar nas demonstrações financeiras da EMAE as transações com partes relacionadas realizadas;
- (iv) Legalidade: Observar, em todas as negociações, as legislações e regulamentações aplicáveis, incluídas, mas não se limitando, as diretrizes da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Comissão de Valores Mobiliários.

A Política de TPR possui como principais diretrizes:

- (i) Assegurar que todas as decisões que possam conferir um benefício privado a qualquer de seus administradores, familiares, entidades ou pessoas a eles relacionados sejam tomadas com total lisura, respeitando o interesse da Companhia;
- (ii) Garantir o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado;
- (iii) Manter o mercado informado sobre os termos, condições e partes envolvidas em cada TPR;
- (iv) Observar os deveres de lealdade e diligência;
- (v) Avaliar, necessariamente, qualquer TPR com valor mínimo igual ou maior que 0,1% (um décimo por cento) da receita líquida, exceto aquelas relativas a produtos bancários padronizados;
- (vi) Somente deverão ser avaliados processos licitatórios nas modalidades de dispensa ou inexigibilidade;

11.1 Regras, políticas e práticas

(vii) Manifestar a existência de potencial conflito de interesse tempestivamente, abstendo-se de participar de qualquer negociação ou processo de discussão ou decisão relacionado à transação, ainda que indiretamente, com o objetivo de proteger os interesses da EMAE;

(viii) Manifestar, caso tenha conhecimento de potencial conflito de interesse de pessoa-chave da administração em qualquer transação.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pirapora Energia S.A.	09/12/2020	15.293.000,00	10.817.422,00	Não. é .pos.siv.el .afe.rir	48 meses	0,000000
Relação com o emissor	Controlada					
Objeto contrato	Convênio de compartilhamento de recursos humanos. (O instrumento foi anuído pela ANEEL - Despacho n.º3.451 de 08/12/2020)					
Garantia e seguros	Não aplicável					
Rescisão ou extinção	Revogação da autorização de operação da PCH Pirapora					
Natureza e razão para a operação	Não aplicável					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionadas no item 11.2 acima ocorridas no último exercício social:

n. medidas tomadas para tratar de conflitos de interesse

Durante o exercício de 2023, não foram identificados conflitos de interesse nas transações entre partes relacionadas elencadas no item 11.2 deste Formulário de Referência.

o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas efetuadas pela Companhia são realizadas com condições e obrigações recíprocas, preços, prazos e taxas compatíveis com as práticas de mercado, quando couber, ou de negociações anteriores da Companhia. As transações também são refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Evita-se, ainda, tempestivamente o mau uso dos ativos da Companhia. A Companhia acredita que os membros de sua administração atuam com lealdade e compromisso ético em relação à Companhia, não permitindo que interesses distintos possibilitem o favorecimento próprio ou de terceiros, o mau uso dos ativos ou hipotéticos abusos em transações envolvendo a Companhia. Dessa forma, a Companhia entende que operações com partes relacionadas por ela realizadas, conforme elencadas no item 11.2 deste Formulário de Referência, possuem caráter estritamente comutativo.

11.3 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes a informar.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
26/04/1999		285.411.308,35	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
14.705.370	22.241.714	36.947.084	

Tipo Capital		Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
22/12/1997		1.116.050.000,00	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
0	0	0	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:

a. Direito a dividendos

b. Direito a voto

c. Conversibilidade

i. Condições

ii. Efeitos sobre o capital social

d. Direito a reembolso de capital

e. Direito a participação em oferta pública por alienação de controle

f. Restrição a circulação

g. Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

h. Possibilidade de resgate de ações

i. hipótese de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

i. Hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

j. Hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

k. Outras características relevantes

Não aplicável, visto que não há receitas da Companhia provenientes de outros países que não o Brasil.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu outros valores mobiliários.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu outros valores mobiliários.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações de emissão da Companhia são negociadas na B3.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve emissão de títulos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar:

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Nos últimos três exercícios sociais não foram realizadas ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários da Companhia.

12.9 Outras informações relevantes

Não há informações adicionais a divulgar.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Marise Grinstein	Diretor Presidente	Substituído	
Pablo Andrés Fernández Uhart	Diretor de Relações com Investidores	Substituído	

13.1 Declaração do diretor presidente

Eu, **Marise Grinstein**, 66 anos, Engenheira Civil, portador da cédula de identidade 82.505.077-6, inscrita no CPF 729.950.097-34, Diretora–Presidente interina da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A, declaro que:

- (a) Revisei o formulário de referência;
- (b) Todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na instrução CVM nº 80/22, em especial os artigos 15 a 20; e
- (c) As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Marise Grinstein
Diretora–Presidente interina



13.1 Declaração do diretor Presidente PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma EMAE. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portal.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/5878-31CB-A0E4-A3B1> ou vá até o site <https://portal.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5878-31CB-A0E4-A3B1



Hash do Documento

880A3EC47D8BF3858D6411A28C83C6A31CCC510A50FC90DA2D798019F6219550

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/05/2024 é(são) :

- Marise Grinstein - 729.950.097-34 em 27/05/2024 16:18 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

Eu, **Pablo Andrés Fernández Uhart**, 50 anos, Administrador, portador da cédula de identidade 18.757.296-3, inscrito no CPF 176.130.568-99, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A, declaro que:

- (a) Revisei o formulário de referência;
- (b) Todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na instrução CVM nº 80/22, em especial os artigos 15 a 20; e
- (c) As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Pablo Uhart

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores



13.1 Declaração do direito de relações com Investidores PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma EMAE. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portal.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/F183-DD09-46E9-3C4A> ou vá até o site <https://portal.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F183-DD09-46E9-3C4A



Hash do Documento

D205162E43AAEE10927CBD26E0FCD394839CCC8C5F14D4F27C9612883EB40F1B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 27/05/2024 é(são) :

Pablo Andres Fernandez Uhart - 176.130.568-99 em 27/05/2024

15:51 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital



13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável
Karla Maciel Dolabella	Diretor Presidente
Osiel Eduardo da Silva	Diretor de Relações com Investidores

Histórico dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Versão do FRE Entregue
Marise Grinstein	Diretor Presidente	V1 - V6
Pablo Andrés Fernández Uhart	Diretor de Relações com Investidores	V1 - V6
Karla Maciel Dolabella	Diretor Presidente	V7 - V12
Osiel Eduardo da Silva	Diretor de Relações com Investidores	V7 - V12

13.2 Declaração do diretor presidente

Eu, **Karla Maciel Dolabella**, brasileira, divorciada, administradora, portadora da carteira de identidade R.G. nº. 4076975517 SSP/RS, inscrita no CPF/MF sob nº 009.399.760-48, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial Av. Jornalista Roberto Marinho, 85, 16º andar- Cidade Monções 04576-010 - São Paulo/SP, Diretora-Presidente interina da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A, declaro que:

- (a) Revisei o formulário de referência;
- (b) Todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na instrução CVM nº 80/22, em especial os artigos 15 a 20; e
- (c) As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Assinado por:

AC4478CBTAF84EE...
Karla Maciel Dolabella
Diretora-Presidente

13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

Eu, **Osiel Eduardo da Silva**, brasileiro, casado, formado em Controladoria e Informação Gerencial, portador da carteira de identidade R.G. nº. 092369859 Detran/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 006.617.557-70, residente e domiciliado na Travessa Beatriz Sá Couto, nº. 20, São Gonçalo, RJ, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A., declaro que:

- (a) Revisei o formulário de referência;
- (b) Todas as informações contidas no formulário de referência atendem ao disposto na instrução CVM nº 80/22, em especial os artigos 15 a 20; e
- (c) As informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

Osiel Eduardo da Silva
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

13.2 Declaração do direito de relações com Investidores

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma EMAE. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://portal.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/BF86-F5A7-6549-E725> ou vá até o site <https://portal.assinasp.imprensaoficial.com.br/Verificar/> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: BF86-F5A7-6549-E725



Hash do Documento

016A6E9672D1ADB66437A3FCD96E6F1B7F3571A52594221F670920FE015EC480

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 10/10/2024 é(são) :

- Osiel Eduardo Da Silva - 006.617.557-70 em 10/10/2024 14:17
UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital

